

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 2023-2024

Reforço financeiro de 123 milhões de euros

Mensal | Dezembro 2023 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 296



ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

Aprovado novo Regulamento de Quotizações

UDIPSS PORTO

A grande missão é fornecer ferramentas às IPSS associadas



AMARANTE

Nova creche da AECB insuficiente para a procura em Vila Meã



VOLUNTALENTO, GONDOMAR

O voluntariado como arma de inclusão de pessoas vulneráveis



INE

A pobreza está a aumentar em Portugal

iD

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

Aprovado por dermatologistas

NORDHigieno
Produtor de Higienização e Proteção

Eugénio Fonseca



Voluntariado: um contributo para um futuro melhor

Por decisão da ONU, em cada 5 de dezembro, desde 1985, assinala-se o Dia Internacional dos Voluntários. Pretende-se realçar a importância da dedicação de pessoas que, sem contrapartidas de ordem material, a não ser as que são necessárias para o exercício das tarefas a desempenhar, evidenciam, com as suas práticas, valores plasmados na Declaração dos Direitos Humanos e os procuram levar à prática nos programas de voluntariado em que participam. Desde que foram, no ano 2000, definidos os «Objetivos de Desenvolvimento Sustentável», estes passaram a marcar a agenda de muitas Organizações que integram voluntários.

Este ano, a ONU escolheu como tema mobilizador “O Poder da Ação Coletiva: se todos fizessem”. Trata-se de um apelo a esta forma de exercer a cidadania como se pode ver por um trecho da mensagem divulgada para este Dia: «Se todos fizessem voluntariado, o mundo seria um lugar melhor. Imaginemos mais de 8000 milhões de pessoas a fazer voluntariado. Possibilidades ilimitadas de desenvolvimento sustentável - alimentação, educação para todos, ambiente limpo e boa saúde, sociedades inclusivas e pacíficas e muito mais. O voluntariado é um enorme recurso renovável para a resolução de problemas sociais, económicos e ambientais em todo o mundo. À medida que o mundo enfrenta desafios crescentes, os voluntários são frequentemente os primeiros a ajudar. Os voluntários estão na linha da frente em crises e emergências, muitas vezes em situações muito difíceis e terríveis.».

Em Portugal, não se sabe ao certo qual o número de pessoas que exercem esta dimensão da cidadania. Os últimos dados, apontavam para os 600 mil. Mais do que esses, são os que estão integrados nas 45 Organizações que integram a Confederação Portuguesa do Voluntariado – CPV. Calculam-se que sejam cerca de um milhão e meio, os voluntários existentes no nosso

país. Mesmo assim, estamos muito aquém da média europeia. Poderá ser algo estranho, dado ser conhecida a generosidade, expressa em muitas formas de solidariedade do nosso povo, sobretudo em situação de tragédias que requerem ações imediatistas e na resposta a campanhas de solidariedade, bem mediatizadas, ou em épocas do ano que atingem, particularmente, a sensibilidade de cada pessoa. Todavia, escapa-nos a cultura da solidariedade, ou seja, aquela atitude não meramente sentimental, mas uma opção firme e perseverante de se comprometer pelo bem de todos e de cada um, com a convicção de que todos somos, na verdade, responsáveis por todos. Efetivamente, o voluntariado exige compromisso, mas nada que não esteja ao alcance de todos, na medida das suas possibilidades. Visto noutra perspetiva, a prática do voluntariado poderá ser uma das formas de assegurar a democracia participativa que dá consistência autêntica a qualquer regime democrático, enquanto possibilidade de ação dos cidadãos na defesa do bem de todos e não só dos seus interesses, através dos órgãos intermédios da sociedade em que se inserem.

Para a maior expansão do voluntariado em Portugal é preciso que se encontre uma maneira de divulgar a importância que ele tem no desenvolvimento sustentável do país, até mesmo a influência no PIB. Por outro lado, que a classe política ativa lhe reconheça essa importância e crie condições para o melhor desempenho do voluntariado. Seria interessante que cada Partido, no programa que vai apresentar às próximas eleições legislativas, se comprometesse com a Revisão da Lei de Bases do Voluntariado e com a criação de condições que levem ao reconhecimento e valorização desta atividade de cidadania ativa.

Os dirigentes das IPSS sabem bem a importância que tem o voluntariado para a sustentabilidade e humanização das mesmas, desde logo pelo facto dos elementos os seus órgãos sociais

terem este estatuto. Concordo que, de acordo com a dimensão de cada instituição, possa haver um ou mais dirigentes assalariados, mas generalizar-se esta condição para todos os cargos diretivos seria perder uma dimensão essencial da sua identidade que é a solidariedade. Esta dimensão será, cada vez maior, pela qualidade dos serviços que se prestam, da pronta disponibilidade demonstrada em responder a qualquer necessidade a situações em que a dignidade humana ou a integração social de comunidades estejam em causa. Elas conseguem-se com trabalhadores competentes, mas complementase, em humanização, em diferentes áreas com trabalhadores não remunerados que dão do seu tempo por serem cidadãos com um sentido de responsabilidade pelo cuidado da casa comum. Não podem substituir a criação de postos de trabalho remunerados, pois isso seria um crime, mas ajudam em muitas tarefas, que não estando no âmbito das contratualizadas com os trabalhadores assalariados, são muito importantes: criação de ateliers de artesanato; clubes de leitura ou de escrita criativa; tempos dedicados à escuta ou à música; aprendizagem de novas tecnologias... Não se conhece ao certo o número de voluntários existentes nas nossas IPSS, mas sabe-se que nos pós-pandemia houve uma grande diminuição. Deixo o apelo a todos os dirigentes para que, sem qualquer receio, abram as portas das suas instituições a quem queira dar o seu tempo, proporcione a formação necessária e escolha um/a gestor/a do voluntariado. Assim, sairá reforçada a identidade e a missão solidárias de cada IPSS.

Faço meu o convite feito, no passado dia 5, pelo Secretário-Geral da ONU: «Neste dia importante, comprometamo-nos novamente a garantir que todas as pessoas possam contribuir com as suas energias para moldar um futuro melhor para todas as pessoas e para o planeta que partilhamos. Vamos apoiar os voluntários em todo o lado.».

Maria João Quintela
Membro da Direção da CNIS



Saúde e ação social nas respostas sociais

Organizado pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS, realizou-se o Seminário: “Complementaridade entre as áreas da Saúde e Ação social nas respostas sociais de acolhimento”.

O Programa era dirigido às IPSS, sobretudo para ouvir as suas boas práticas, e os seus apelos relativamente às necessidades institucionais para a qualidade dos cuidados que prestam.

A CNIS e as IPSS têm tido uma preocupação cada vez maior em fundamentar o conhecimento das suas dificuldades e potencialidades, através de uma aproximação progressiva à Academia e outras Instituições de Investigação, fazendo e promovendo Estudos de Diagnóstico, colaborando com inúmeras entidades, desde Universidades como a Universidade Católica, Universidade de Évora, aos Municípios, Comissões Parlamentares da Assembleia da República, ao Tribunal de Contas, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, ao Instituto Nacional de Estatísticas – INE, nomeadamente no âmbito da Conta Satélite da Saúde, e à CoLABOR – Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social, para mencionar alguns exemplos.

Entre os diversos Estudos, promovidos ou apoiados pela CNIS, salientam-se:

“Diagnóstico de Saúde da população servida pelas IPSS associadas da CNIS” – com a Universidade de Évora, coordenado pela Professora Felismina Mendes, (2018);

<https://rotass.cnis.pt/wp-content/uploads/2018/09/SI%CC%81NTESE-DOS-PRINCIPAIS-RESULTADOS-DO-DIAGNOSTICO-DE-SAUDE-DA-POPULACAO-A7A%CC%83O-SERVIDA-PELAS-IPSS-ASSOCIADAS-DA-CNIS-vers%C3%A3o-24-set-2018.pdf>

“Importância Económica e Social das IPSS em Portugal” –(2018); <https://rotass.cnis.pt/wp-content/uploads/2019/01/Livro-Importancia-Economica-e-Social-das-IPSS-em-Portugal-PDF.pdf>, e “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços, coordenado pelo Professor Américo Mendes - (2016, 2017 e 2018)“(2020) <https://rotass.cnis.pt/estudo-importancia-economica-e-social-das-ipss-em-portugal-central-de-balanços-2016-2017-e-2018/>, com a Universidade Católica Portuguesa, do Porto, coordenados pelo Professor Américo Mendes

“Estudo de Intervenção Complexa - As Respostas Sociais no Percorso de Cuidados à Pessoa com Dependência” – com a Universidade de Évora, coordenado pelo Professor Manuel Lopes - (2021)

<https://rotass.cnis.pt/wp-content/uploads/2021/05/Relatorio-Estudo-de-Intervencao-Complexa-As-Respostas-Sociais-....pdf>

“A Saúde Mental na População das Instituições Associadas da CNIS” – em articulação com a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança (2021) https://rotass.cnis.pt/wp-content/uploads/2021/11/Estudo_CNIS_Saude-Mental_Associados-CNIS.pdf

O Impacto da Pandemia de COVID-19 nas IPSS

e seus utentes em Portugal – com a Universidade Católica do Porto, coordenado pelos Professores Filipe Martins e Filipe Pinto (2021) <http://cnis.pt/wp-content/uploads/2021/03/Relat%C3%B3rio-COVID-19-nas-IPSS.pdf>

Apoio ao Estudo “O Impacto da COVID-19 nos Lares de Idosos” - (2023) - realizado pelo CoLABOR - <https://rotass.cnis.pt/estudo-o-impacto-da-covid-19-nos-lares-de-idosos/>

Ouvindo as IPSS, as suas dificuldades e as estratégias que desenvolvem, com este Seminário, a CNIS pretendeu contribuir para agilizar e promover a operacionalização da complementaridade entre a Saúde e a Segurança Social, promover cuidados que respeitem a individualidade e se processem de forma articulada, integrada e com ganhos de saúde e qualidade de vida e chamar a atenção para a necessidade urgente de um novo olhar para o trabalho das IPSS, no sentido da valorização real do que fazem, tendo em conta nomeadamente as populações de todas as idades que apoiam, e que são as mais frágeis, as mais carenciadas e com menores recursos financeiros, as mais sós, mais idosas e com maiores dependências de ajuda de outrem.

Sabemos que essa complementaridade entre as duas áreas não acontece uniformemente nas regiões e no país, e que é urgente a dignificação do trabalho solidário. As pessoas que apoiamos não são apenas portadoras de um conjunto de comorbilidades e as Instituições de Solidariedade Social, não querem ser vistas apenas como entidades libertadoras das chamadas “camas sociais” dos hospitais. Pretendem ser ativas e participativas numa mudança de paradigma dos cuidados, sabendo que as necessidades das populações evoluem e que a cada vez maior competência técnica dos trabalhadores e dirigentes das IPSS não aceitam, há muito, reduzir as respostas a “cama, mesa e roupa lavada”.

Importa mesmo reforçar que as IPSS não se satisfazem em ser consideradas como detentoras de “vagas” ou “camas”, sabendo que em cada pessoa que apoiam ou acolhem, há um conjunto cada vez maior de necessidades a satisfazer, numa perspetiva preventiva, primária, secundária e terciária, e reabilitadora, de saúde de acompanhamento e cuidados de longa duração, ao encontro de uma atuação humanista, de compaixão e competência profissional, cada vez mais específica e exigente, considerando a fragilidade cada vez maior da população que apoiam e cuidam.

As IPSS querem, desejam, a complementaridade entre a Saúde e a Ação Social, para irem além do modelo redutor de serem olhadas como um conjunto de camas disponíveis, em “alojamento coletivo”, para o alívio dos hospitais ou para pouparem dinheiro ao Estado pelos chamados “internamentos sociais”. Sabemos bem que existe uma enorme diferença entre viver em coletividade ou viver coletivamente, e que os chamados “internamentos indevidos”, carecem de uma multiplicidade de respostas na comunidade, ainda hoje muito insuficientes.

São os mais velhos, doentes e dependentes que têm que se adaptar ao Sistema de Saúde, ou o Sistema de Saúde que deve adaptar-se a uma realidade de

mais de 20% da população portuguesa com 65 ou mais anos?

Porque as IPSS integram o Sistema de Saúde, e as populações que cuidam não são apenas recetoras passivas de cuidados pelo Serviço Nacional de Saúde, e que têm de se deslocar até ele. São pessoas, com direitos, aliás consignados na Constituição Portuguesa e na Carta dos Direitos Humanos, e têm uma palavra a dizer.

No Estudo “Diagnóstico de Saúde da população servida pelas IPSS associadas da CNIS”, relativamente às respostas sociais dirigidas às pessoas idosas, constatou-se que as fontes de rendimento destas pessoas são, maioritariamente, a pensão de velhice e a pensão de invalidez e, mais de metade, tem apoio financeiro inferior ao salário mínimo. A população em Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas, ERPI, é maioritariamente do sexo feminino e os principais motivos de internamento nesta resposta são problemas de saúde, motivos familiares, problemas financeiros e medo ou solidão.

A maioria das pessoas tem uma ou mais doenças crónicas. De entre estas, chamo a atenção para o facto de mais de metade sofrer de incontinência. As pessoas nestas circunstâncias, requerem uma intervenção multidisciplinar e integrada, prevenindo infeções urinárias e o aparecimento de escaras, e necessitam de todo um conjunto de meios e recursos humanos que não se coadunam com a simples colocação de “fraldas”, termo aliás, que deveria ser substituído por um conjunto de intervenções e meios para a prevenção e controlo da incontinência, dando às IPSS o devido apoio para os cuidados adequados a estas situações.

Grande parte da população em ERPI, tem dificuldades de memória, de comunicação, de audição e visuais, e necessita de ajuda para as atividades da vida diária. É incapaz de se vestir ou tomar banho sozinha, precisa de apoio para ter um aspeto cuidado, que favoreça a sua autoestima, precisa de ajuda para comer, tomar medicamentos, utilizar a casa-de-banho e deslocar-se da cama para a cadeira e da cadeira para a cama.

Lembro aqui o artigo 3.º da Lei n.º 46/2006, na redação conferida pela Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro, que define pessoas com risco agravado de saúde, e cito, aquelas que «sofrem de toda e qualquer patologia que determine uma alteração orgânica ou funcional, de longa duração, evolutiva, potencialmente incapacitante e que altere a qualidade de vida do portador a nível físico, mental, emocional, social e económico e seja causa potencial de invalidez precoce ou de significativa redução de esperança de vida;».

Esta é a população que as IPSS cuidam e apoiam e para quem é urgente um outro olhar da Saúde e da Segurança Social.

ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

Novo Regulamento de Quotizações aprovado por larga maioria

A CNIS reuniu em Assembleia Geral, em Fátima, num encontro que se dividiu em duas reuniões magnas, uma ordinária e outra extraordinária, terminando com todos os documentos colocados a votos aprovados por larga maioria.

Na Reunião Magna ordinária, as IPSS associadas presentes aprovaram, por 99 votos a favor, 13 abstenções e um voto contra, o Programa de Ação e Orçamento para 2024, enquanto, na AG extraordinária, a proposta de alteração do Regulamento de Quotizações foi aprovada com 94 votos a favor, seis abstenções e 23 votos contra.

Relativamente ao Regulamento de Quotizações, a Direção propôs “um aumento que não é já o valor justo e necessário”, optando por “dar passos moderados”, uma vez que “o regime de quotas não é alterado desde 2003”, referiu o padre Lino Maia: “Não podemos deixar para outros que venham um problema que podemos começar já a resolver”.

Assim, a partir de janeiro, a quota das instituições filiadas nas Uniãos Distritais e Federações passa de 20€ para 35€, enquanto as instituições de âmbito nacional, filiadas diretamente na CNIS, passarão a pagar 70€ em vez dos 40€ atuais.

“O pagamento é feito às Uniãos Distritais e Federações respetivas, que depois enviam o valor da quota para a CNIS. E este pagamento não será feito diretamente à CNIS porque poderia ser o fim das estruturas intermédias. Bati-me pela criação das Uniãos Distritais, não quero ser o seu cozeiro”, explicou o presidente da CNIS.

Atualmente, a quota de 20€ representa um custo para as IPSS de 1,666€ por mês, passando, para já, para 2,916€.

Apesar de alguma resistência, após os esclarecimentos da Direção, a que o presidente da Assembleia Geral, José Carlos Batalha, também deu um contributo, o Regulamento de Quotizações foi aprovado por larga maioria.

Antes, na AG Ordinária, e depois da apresentação e aprovação do Programa de Ação e Orçamento para 2024, o presidente da CNIS prestou alguns esclarecimentos, depois de algumas associadas terem levantado algumas questões.

Essencialmente, as intervenções dos representantes das instituições versaram matérias como sustentabilidade financeira, dificuldade de contratação de pessoal, tabelas salariais, amas e cooperação, entre outras.

Sobre a cooperação, afirmando-se “moderadamente otimista”, o líder da CNIS lembrou que a atualização média em 2023 foi de 10,4%, pelo que “a atualização para 2024 não pode ser inferior, tem mesmo de ser superior”.

Aos constantes apelos de “mais firmeza nas negociações”, o presidente da CNIS argumentou: “Sabem, do lado de lá têm uma opinião diferente e, talvez por isso, em determinadas matérias as outras organizações delegam na CNIS as negociações. Não gosto de achegas na Comunicação Social, prefiro colocar as questões nos locais próprios”.

Respondendo à questão levantada por uma



associada, de “como podem as amas deixar de ser prestadoras de serviço?”, quando o horário de 11 horas diárias é incompatível com a legislação laboral para a celebração de um contrato de trabalho, o padre Lino Maia começou por dizer: “A creche familiar é um quid pro quo que temos de resolver”.

Depois de vincar as diferenças entre a creche e a creche familiar, o presidente da CNIS reconheceu que “foi de forma voluntarista que se avançou”, sublinhando que “a contratação coletiva não permite as 11 horas de trabalho que as amas cumprem”.

“Não sei mesmo se conseguimos resolver a situação. Se isto continua assim, o mais certo é as creches familiares fecharem”, afirmou.

Sobre a questão das tabelas salariais, que continuam a levantar problemas às instituições na contratação de pessoal qualificado e não qualificado, o padre Lino Maia defendeu: “Estamos a pagar mal aos nossos trabalhadores, mas não tão mal como muitas vezes se diz. Agora, estamos a exigir muito aos nossos trabalhadores e o trabalho nas instituições é duro e exigente. Precisamos de pagar melhor, mas não temos receitas para tal”.

Por outro lado, o líder da CNIS recordou a luta pela introdução da proteção social como direito universal.

“É certo que com a dissolução da Assembleia da República, o processo de revisão constitucional acabou. Agora só se for depois das eleições de março. Temos insistido para que no Artigo 63º seja incluída a proteção social como direito universal. O que o referido artigo contém é que temos direito à segurança social, que é contributiva, mas a proteção social não consta”, argumentou, lembrando: “Ultimamente nem tanto, mas é-nos muitas vezes dito nas negociações que o Estado apoia na medida do possível, porque não está obrigado constitucionalmente a exercer a proteção social e a financiá-la”.

Sempre com o insuficiente financiamento do Estado no horizonte, o padre Lino Maia destacou as duas barreiras que as instituições enfrentam para a atualização das mensalidades dos utentes: “Por um



lado, o aumento das comparticipações dos utentes não pode ser mais de 5%, mas as pensões vão aumentar em 2024 6,7%”.

Já sobre a atualização da compensação do diferencial remuneratório dos educadores de infância da Rede Solidária ser “tardia”, o padre Lino Maia afirmou que, “apesar da pressão da CNIS, estamos de mãos atadas”.

Entretanto, no dia 7 de dezembro, as Entidades Representativas do Sector Social Solidário e o Governo assinaram o Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2023-2024 [ver páginas centrais].

PISTA MÁGICA DESENVOLVEU O PROJETO VOLUNTALENTO

O voluntariado em prol da inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade

Capacitar para o voluntariado foi o ponto de partida da Pista Mágica, uma instituição sem fins lucrativos, reconhecida como ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento), fundada em 2008, atualmente sediada em Rio Tinto, Gondomar.

Mas se, há 15 anos, nasceu como escola de voluntariado, “com o propósito de capacitar para um voluntariado mais capaz”, com o decorrer dos anos, “e com as alterações na sociedade, em especial com a pandemia”, os responsáveis pela associação sentiram necessidade de alargar a ação da mesma.

“Também era necessário termos voluntários prontos a agir no terreno numa situação de emergência social, por exemplo, como foi o caso da pandemia. Então, começámos também a trabalhar na operacionalização de programas de voluntariado. Isto é, a preparar os voluntários para irem para o terreno”, começa por dizer Isadora Freitas, gestora de capacitação e cooperação, explicando: “A Pista Mágica nasceu para capacitar voluntários e gestores de redes de voluntariado e, desde a pandemia, ajudar as entidades a prepararem os seus programas de voluntariado para os colocarem no terreno, ao que a associação denomina por Fábrica.

No entanto, no ano passado, foi criado um terceiro eixo de ação, “que arrancou no início de 2022, através de projetos com o objetivo de trabalhar a prática do voluntariado como ferramenta de inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade”.

Assim, para além da Escola e da Fábrica, em 2022 surgiu a Oficina de Voluntariado, na qual o voluntariado é utilizado como ferramenta de inclusão social.

É neste âmbito que nasce o projeto-piloto Voluntalento, cujo propósito é combater a exclusão social de pessoas com deficiência.

“O projeto tinha este objetivo e foi trabalhado em dois eixos: um em que trabalhamos diretamente com pessoas com deficiência; e um outro, a que chamámos de empoderamento das pessoas com deficiência, que trabalhava numa lógica mais sustentável, ou seja, com uma visão maior de futuro. Isto é, o que podemos pensar em termos de políticas públicas para que a inclusão no voluntariado seja uma realidade para todas as pessoas com deficiência em Portugal?”, sustenta Isadora Freitas.

No primeiro eixo de ação do Voluntalento, a Pista Mágica desenvolveu uma metodologia de raiz, denominada Voluntariado Apoiado.

“O que propusemos foi trabalhar, com pequenos grupos, na capacitação dessas pessoas para integração na comunidade sempre com apoio de um técnico”, explica.

A integração dos voluntários decorreu de maio de 2022 a maio de 2023, período durante o qual o trabalho se desenvolveu com três grupos, o que permitiu ir melhorando a metodologia.

“O objetivo era também testar a metodologia



aos poucos. Ao longo desse ano fomos alterando algumas coisas pela aprendizagem que íamos retirando do projeto, que era um projeto-piloto”, refere Isadora Freitas, que foi a coordenadora do Voluntalento.

Inicialmente foi feita uma parceria com o Centro de Inovação Social de Avintes, onde seriam recrutados os voluntários, mas as características dos utentes não se adequavam ao perfil desejado, pois o projeto destinava-se a pessoas com deficiência leve a moderada.

“Então, a Cercigaia abriu-nos as portas, permitiu-nos trabalhar com um grupo de utentes e, apesar do projeto já ter acabado, eles continuam a fazer atividades de voluntariado. A Cercigaia reconhece as vantagens e indicou em especial a questão da autonomia, um ganho grande para os utentes, que, agora, vão para fora sozinhos fazer voluntariado”, revela a coordenadora do projeto.

Já no eixo do empoderamento é onde, entre outras entidades, entra a CNIS.

“Convidámos um conjunto de entidades para integrarem um grupo de trabalho com o objetivo de problematizar questões como: o que é o voluntariado? O que é que existe? O que falta fazer? O que é que está feito e não está tão bem feito e como se pode fazer melhor?”, afirma, explicando o processo de reflexão e os seus resultados: “Integraram o grupo de trabalho 12 entidades e uma ativista pelos direitos das pessoas com deficiência e, ao longo de quatro sessões online, trabalhamos na construção de um documento de recomendações para políticas públicas, que, agora, estamos a fazer chegar a decisores políticos para partilhar algumas das nossas aprendizagens no terreno e o conhecimento que todas estas entidades trouxeram. No fundo, é para dizer que é possível que o voluntariado seja um lugar para todos, mas precisamos

de fazer tudo aquilo que está no documento de recomendações”.

Reconhecendo que “é um documento ambicioso, mas que, aos poucos, pode ser implementado”, Isadora Freitas faz um balanço muito positivo do projeto que terminou a 30 de junho de 2023.

“O balanço humano, dado pelos voluntários, é muito positivo. São pessoas que se sentiram excluídas e o voluntariado trouxe-lhes a oportunidade de se sentirem úteis. E também com as entidades, que não estavam habituadas a receber pessoas com esta ou aquela característica e, de repente, por haver aquele técnico de voluntariado apoiado, acabaram por abrir as portas e agora sentem-se confortáveis no acolhimento destas pessoas”, congratula-se a coordenadora do projeto, sublinhando: “Esta é uma metodologia que consideramos vantajosa para as instituições que trabalham na área da deficiência promoverem o voluntariado no seu interior, de preferência em parceria com uma entidade que trabalhe esta área, a fim de fazer a ponte com a comunidade. Aliás, elaborámos um guia que ajuda a implementar e a lançar as bases de algo muito positivo para os utentes”.

Quanto à replicação do projeto, Isadora Freitas indica que na associação perceberam que “esta metodologia pode ser aplicada a diferentes públicos em situação de vulnerabilidade”.

Lembrando que, em paralelo ao Voluntalento, foi desenvolvido um projeto com jovens residentes em bairros sociais ou em casas de acolhimento, em que se fizeram ligeiras alterações, a associação tem, atualmente, um projeto que está a aplicar a metodologia com pessoas com problemas de saúde mental e um outro com pessoas seniores que estão na transição da vida ativa para a reforma.

“O nosso objetivo, agora, é testar com diferentes públicos”, argumenta Isadora Freitas.

MARIA JOSÉ MENEZES, PRESIDENTE DA UDIPSS PORTO

A grande maioria das IPSS do distrito tem uma situação económica muito salutar



A Volta a Portugal da Solidariedade passa esta edição pelo distrito do Porto, onde, de um universo de pouco mais de 500 IPSS, 408 são associadas da UDIPSS portuense.

Para Maria José Menezes, presidente da União Distrital, “a adesão nos últimos anos tem sido muito boa, pois não há uma reunião de Direção que não se filiem uma ou duas instituições”.

Para a dirigente, “capacitar as instituições” é a grande missão da UDIPSS Porto e os resultados são bastante positivos, pois apesar de muitas delas serem antigas, “não se acomodaram, estão sempre dispostas a melhorar e a procurar novos desafios”, daí que o retrato do distrito, salvo alguns casos complicados, “a grande maioria aplica boas práticas de gestão e, assim, tem uma estrutura económica muito salutar”.

SOLIDARIEDADE - Que retrato se pode fazer do Sector Social Solidário no distrito do

Porto?

MARIA JOSÉ MENEZES - Não diria que é o espelho do país, porque o distrito do Porto tem um grande número de associadas e de IPSS. Naturalmente, o Norte é uma região que tem muito mais IPSS do que o resto do país, mas, no geral, são instituições já com alguma maturidade, muito enraizadas junto das populações e que fazem um trabalho incrível. Muitas delas muito bem organizadas, outras não tão bem, mas diria que a maioria está muito bem organizada e muito disponível para aprender e para mudar e para se inscrever nas atividades que temos de inovação social. São instituições, muitas delas antigas, mas que não se acomodaram, estão sempre dispostas a melhorar e a procurar novos desafios.

Há uma grande diferença entre as realidades das IPSS dos diferentes concelhos do distrito?

Naturalmente que sim. O distrito tem litoral e interior e estamos a falar de populações, dentro dos desfavorecidos, que, em geral, as pensões dos idosos do litoral são mais significativas do que as daqueles que se dedicaram à agricultura, que são mínimas, para não dizer miseráveis. E mesmo as instituições que se dedicam à infância, sendo as participações familiares baseadas nos rendimentos das famílias, as do litoral têm rendimentos superiores às do interior. Depois, no caso do Serviço de Apoio Domiciliário, enquanto aqui no Porto, Matosinhos e Gaia um carro faz uma freguesia, no interior do distrito há carros a fazerem centenas de quilómetros por dia. Há, de facto, uma grande diferença entre o litoral e o interior.

Isso levanta a questão da sustentabilidade financeira. Há instituições com situações dramáticas no distrito em termos financeiros?



Apesar de saber que há algumas instituições que tomaram algumas decisões difíceis por via da situação económica em que se encontram, gostaria de realçar a parte positiva das boas práticas que a grande maioria aplica e, assim, tem uma estrutura económica muito salutar. E, para isso, basta olhar para as Contas das instituições, que se encontram publicadas, para se encontrar instituições com saúde financeira muito boa e que sabem muito bem gerir. Não é a primeira vez que o digo, mas o Sector Social tem dos melhores gestores e administradores que existem, porque são voluntários e muitos deles apresentam resultados positivos.

No fundo, conseguem fazer omeletas sem ovos...

Para além de fazerem omeletas sem ovos, em que não são livres de praticar preços livres, pois estão confinados aos cálculos das mensalidades segundo as normas da Segurança Social, e ainda assim conseguem ter contas positivas. São esses os bons exemplos que devemos estar sempre a salientar em detrimento de estarmos a destacar os casos de falta de sustentabilidade. Depois, há respostas sociais, como os centros de dia ou os centros de convívio, por exemplo, que de *per se* são de difícil sustentabilidade e se juntarmos populações muito desfavorecidas com rendimentos muito baixos, é muito difícil que sejam sustentáveis. Mas outros há que conseguem fazer omeletas sem ovos, encontrar mecenato, fazer campanhas de angariação de fundos e, assim, levar a bom porto a sua missão sem ter que todos os dias estar a pensar como é que vão pagar as contas ao fim do mês.

Hoje já há uma maior competência na gestão das IPSS?

Como UDIPSS Porto temos feito tudo para dar as ferramentas aos dirigentes para conseguirem gerir melhor. Nós temos uma plataforma, a «Ser IPSS», que tem tudo o que um dirigente de uma IPSS necessita de saber, com toda a legislação e toda a informação que precisa de

saber para gerir uma instituição. Esta é uma plataforma que tem toda a informação sobre as respostas sociais, todos os documentos que um dirigente tem de saber fazer, tudo sobre contratação coletiva, que é atualizada ao minuto, todos os pareceres que a nossa assessoria jurídica produz e já vamos na sexta edição do curso para dirigentes «Ser dirigente». Pela nossa parte, tudo temos feito para que ninguém seja dirigente sem saber as responsabilidades que tem e que tenha à sua disposição ferramentas para o poder fazer competentemente.

Uma das grandes prioridades da UDIPSS Porto tem sido a de capacitar dirigentes, técnicos e demais trabalhadores das instituições?

Entendemos que a nossa principal função é capacitar as associadas. Por isso, já quase desde o início, temos uma empresa de contabilidade especializada em organizações sem fins lucrativos e temos trabalhado e só para capacitar os recursos humanos das instituições e os seus dirigentes. Fazemos a representação da União, mas o que nos move todos os dias é informar e capacitar as instituições. Há pouco saiu uma nova legislação sobre as ERPI e, passado uma semana, tivemos um webinar explicativo da mesma. Há uma coisa muito importante que fazemos, ou seja, tudo o que a Direção sabe está disponível para todas as associadas, é tudo partilhado com elas.

Em termos de respostas sociais, quais as maiores lacunas no distrito?

No momento, a maior lacuna é a creche, o que é generalizado ao país. Comecei a minha atividade numa instituição de infância e, na altura, só conseguíamos encher as três salas de berçário em janeiro. Duas das salas ficavam completas em setembro, mas a terceira só em janeiro. As pessoas tentavam atrasar a entrada de uma criança de tão tenra idade na creche. Agora, este efeito do gratuito levou a que as pessoas, ainda que tenham rede de

apoio onde deixar a criança, optem pela creche. Compreendo que é uma vontade de quanto mais cedo entrar em creche, a criança desfavorecida mais facilmente poderá dar o salto da pobreza... Contudo, temos esta situação de falta de vagas e, depois, os critérios de prioridade geram alguma injustiça. Não digo que não seja muito importante que os pais de famílias muito carenciadas e desestruturadas tenham uma vaga em creche, no entanto, muitas destas mães não estão a trabalhar e, por outro lado, temos mães trabalhadoras que não têm onde deixar a criança. Neste momento em que ainda não temos resposta suficiente, devia ser dada prioridade às mães trabalhadoras.

E há perspetiva no distrito do Porto de, em breve, surgirem mais vagas que atenuem a situação?

Penso que sim, porque há uma série de instituições que se candidataram ao PRR para ampliação da creche. Muitas das instituições apostaram em aumentar a sua capacidade de creche.

Falou no PRR, à semelhança de outros distritos, aqui no Porto também tem havido desistências de candidaturas aprovadas perante a diferença de preços que se regista atualmente face à data de aprovação das mesmas?

Sim, infelizmente, sobretudo no que diz respeito à terceira idade. As ERPI requerem um investimento altíssimo e tenho conhecimento de concursos que ficaram desertos face ao valor com que as obras foram a concurso. Não apareceu empresa que quisesse fazer as obras! Com os projetos já nos limites, há instituições que estão à espera de melhores dias e de outras dotações financeiras.

Pelo que já conversámos, fica a ideia de que a relação entre a União Distrital e as associadas é muito próxima e com muita interação?

Sem dúvida e, para além disso, temos o grato prazer de verificar a adesão que as associadas têm às nossas atividades. Atualmente, não temos, praticamente, quotas não pagas, portanto, isso significa que as instituições pagam a quota porque reconhecem a prestação de serviços. Fazemos muita formação e muitos webinars e, sendo condição de participação o pagamento de quotas, não há quotas em atraso.

Já referiu que a formação é a grande missão da UDIPSS Porto, mas quais são as solicitações mais frequentes das associadas?

É sempre com o sector jurídico, questões laborais, sobretudo na relação com a fiscalização e com a ACT [Autoridade para as Condições do Trabalho]. Os grandes problemas jurídicos que nos chegam são, essencialmente, estes.

E como é a relação com a CNIS?

Não podia ser melhor. A partir do momento em que eu, presidente da UDIPSS Porto, faço parte da Direção da CNIS, não poderia ser melhor. Aliás, ainda recentemente tivemos na nossa sede uma iniciativa da CNIS no que à inovação social diz respeito.

ASSOCIAÇÃO EMÍLIA CONCEIÇÃO BABO, VILA MEÃ

Ampliação para mais 34 lugares é já insuficiente para responder a uma creche feliz

Ainda antes do lançamento da creche gratuita, a Associação Emília Conceição Babo já decidira alargar a capacidade da sua resposta, que atualmente é de 41 crianças. Nesse sentido, tem em curso as obras de ampliação das suas instalações, aumentando a capacidade em mais 34 petizes.

“Se soubéssemos o que sabemos hoje tínhamos feito um projeto para 44... O projeto foi feito em 2019 e não sabíamos que vinha aí a Creche Feliz, que fez crescer muito a procura”, conta David Queirós, diretor-técnico da instituição, acrescentando: “A procura cresceu muito, mas temos um problema que necessita de ser resolvido, porque há pais que estão desempregados e em casa, mas também há pais que estão empregados e não têm vaga”.

Para além da valência de creche, a instituição de Vila Meã, concelho de Amarante, tem ainda um centro de dia com 30 utentes e um Serviço de Apoio Domiciliário que presta serviços a 56 idosos.

Face à realidade da população que serve, a Associação candidatou ainda um outro projeto ao PRR, que não foi aprovado, de criação de um centro de dia para pessoas com alzheimer.

“O fim com que foi criado o centro de dia está completamente desvirtuado, porque as pessoas estão muito envelhecidas e não há vagas em lar... No fundo, muitos vêm para o centro de dia à espera de uma vaga num lar ou então aguardar no domicílio com o nosso apoio. Por isso, fizemos um projeto para um centro de dia para pessoas com alzheimer, mas a candidatura que apresentámos ao PRR não foi aceite, porque não tínhamos projeto de especialidade. Tínhamos o projeto de arquitetura aprovado na Câmara, mas faltava o outro”, conta David Queirós, que explica o que pretendia a instituição: “Uma resposta destas é uma necessidade a nível nacional, é preciso diferenciar os cuidados, pois temos pessoas com alzheimer e outras demências em centro de dia e não é bom para eles nem para os outros. Por isso, a nossa intenção era criar um espaço com uma equipa qualificada para lidar com essas problemáticas, ou seja, um centro de dia diferenciado, com uma equipa de técnicos diferenciados para trabalhar um problema diferenciado”.

“Mas não vamos deixar cair este projeto, vamos deixar passar um tempo, terminar as obras da creche e pôr tudo a funcionar primeiro e depois pensamos nisso. Temos cerca de 50 crianças em lista de espera e, por isso, queremos mesmo terminar esta obra”, atalha António Pinto da Cunha, presidente da instituição, acrescentando: “Na Direção temos por lema a estabilidade e não damos passos sem saber que são passos certos. A creche é um passo desses, o do centro de dia para pessoas



com alzheimer era outro, mas de momento nada mais. E neste momento estamos sem espaço físico. Aliás, no futuro, penso que o passo deveria ser adquirir espaço físico para poder construir”.

A Associação Emília Conceição Babo nasce da vontade de Aurélio Babo Magalhães que, em testamento, doou um edifício onde se ergue hoje a instituição.

“A primeira pedra foi colocada no último dia do prazo de três anos que o doador tinha imposto. O doutor Babo doou o edifício à Junta de Freguesia para fazer uma obra social e que fosse dado o nome da mãe dele à instituição. Para além disto, ainda temos a responsabilidade de tratar dos jazigos deles”, conta o presidente.

“Inicialmente não havia dinheiro. O edifício já estava degradado, depois ainda houve um incêndio e foi graças ao dinheiro do seguro que foi possível avançar no projeto. Na altura não havia fundos que pudessem apoiar à

construção, mas, entretanto, surgiu o PARES e foi, então, que a obra começou a crescer. Em 2010 a obra estava concluída, mas houve um diferendo com o empreiteiro. Para além de que, da nossa parte, não havia dinheiro”, acrescenta o diretor-técnico.

A empreitada só foi possível porque a instituição recorreu a uma linha de apoio do Montepio, no valor de 180 mil euros, “que serviu para resolver o problema e foi o fundo de maneiço para começar em outubro de 2013”, lembra o presidente.

Desde que começou a funcionar, a instituição viveu 10 anos de sobressaltos (crise financeira, pandemia e o momento presente de guerras e inflação).

“Foram 10 anos complicados, mas, acho, que temos feito um bom trabalho. Pagámos o empréstimo dentro do prazo inicialmente previsto, temos angariado muitos associados, fomos buscar trabalhadores ao Centro de Emprego. Penso que temos feito um bom



trabalho. Passámos aqui alguns tempos complicados em termos económicos com a pandemia, porque os utentes deixaram de pagar, pois duas das três valências fecharam”,

recorda António Pinto da Cunha, ao que o diretor-técnico acrescenta: “Foi um período em que houve alguma falta de dinheiro, mas conseguimos sempre manter as coisas equilibradas, fruto de uma gestão criteriosa e eficiente, para ser rentável e haver fundos para investir na instituição. E o saldo destes 10 anos é positivo, a instituição tem crescido. Em 2015 já estávamos com a capacidade lotada”.

Por isso, o líder da associação considera que a situação financeira da casa é salutar: “Neste momento, é saudável e temos tido sempre resultados positivos, o que nos permite fazer estes investimentos, comprar carrinhas, fazer o SAD ao fim-de-semana. Sempre que há atividades fora é tudo a expensas da instituição. Depois, em janeiro todos os salários são

atualizados. Aqui também temos recebido alguns jovens do Centro de Emprego que integramos na equipa de trabalho, apesar dos seus problemas. É a chamada inclusão social”.

A referência de António Pinto da Cunha ao serviço de fim-de-semana do SAD prende-se com o facto de o mesmo não ser participado pela Segurança Social.

“O SAD foi estendido aos fins-de-semana logo no início de funcionamento, porque sentimos essa necessidade. Mas é tudo por nossa conta, porque a Segurança Social não participa os fins-de-semana. Cobramos uma taxa adicional ao utente, mas não cobre os custos. Nunca houve possibilidade de alargamento do acordo. O SAD tem uma tabela nova desde 2016, mas desde essa altura não aconteceu nada”, argumenta David Queirós, que deixa um lamento: “Em 2020, devido ao aumento de procura que tivemos, fiz um pedido de alargamento da capacidade do SAD, preenchemos os requisitos e foi-nos concedido, mas participação para mais 16 vagas nada”.

E se os responsáveis pela instituição já referiram que a realidade do centro de dia é muito diferente do que se pretendia dele, há a questão financeira que se arrasta há anos, com a valência a ser endemicamente deficitária. Porquê?

“O nosso centro de dia tem 30 utentes, recebemos por cada um 150 euros, temos de ter quatro carrinhas para ir busca-los e levá-los, cada uma a fazer uma média de 40 quilómetros por dia e quatro funcionários para conduzir as carrinhas. O exigido são quatro funcionários, mas nós temos seis devido à incapacidade de alguns utentes, pois só assim podemos cuidar bem deles”, começa por responder, acrescentando: “E este é um dos motivos para dar prejuízo, porque a Segurança Social define um quadro de pessoal que é insuficiente para prestarmos os serviços devidos às pessoas perante as suas incapacidades. O espírito do centro de dia era para ser algo tipo universidade sénior, mas a realidade demonstra que está desvirtuado. Devia ser redefinido para responder às novas realidades. Depois é uma resposta com muita despesa, pequeno-almoço, almoço e lanche, porque os utentes só não dormem na instituição”.

Pelo serviço que presta, a relação com a comunidade “é boa”.

“Estes últimos anos, por causa da pandemia, estamos um pouco mais retraídos e ficamos mais cá dentro, mas estamos agora a começar a sair novamente”, afirma o diretor-técnico, ao que o presidente acrescenta: “A relação é boa e temos muita gente a ajudar-nos com donativos. E há muitas empresas que todos os anos nos ajudam, o que é muito importante para equilibrar as contas”.

E como é que seria Vila Meã sem a Associação Emília Conceição Babo?

“Era mais pobre, com menos serviços de apoio quando as pessoas mais precisam”, diz António Pinto da Cunha, enquanto David Queirós acrescenta: “Acabamos por fixar as pessoas em Vila Meã, seja pelo trabalho, seja por acolhermos os familiares de alguém, e em termos económicos fazemos funcionar a economia local”.

CRECHES

Aberto concurso para criação ou requalificação de 12 mil lugares

O concurso para a criação ou requalificação de mais 12 mil lugares em creches foi aberto pelo Governo, no dia 7 de dezembro, com uma dotação orçamental de quase 50 milhões de euros, anunciou o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

Segundo a informação do Ministério, o concurso decorre até 31 de janeiro de 2024 e destina-se a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas, autarquias e outras entidades públicas, bem como entidades de direito privado sem fins lucrativos, de utilidade pública.

O concurso decorre no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e tem uma dotação orçamental de 48,4 milhões de euros para a “criação e requalificação de mais 12 mil lugares em creches, com foco na reconversão de espaços existentes”.

O objetivo é o de requalificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais, “com o objetivo de manter o aumento da capacidade



em creche”.

A ministra Ana Mendes Godinho havia anunciado em 14 de novembro, no decorrer da audição nas Comissões de Orçamento e Finanças e de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, para a discussão na especialidade do próximo

Orçamento do Estado, que ainda durante o mês de novembro seria aberto um novo aviso para a criação de mais 12 mil lugares em creches.

Estas vagas irão juntar-se às disponíveis no âmbito da medida “Creche Feliz”, que conta com 85 mil vagas gratuitas, nove mil delas criadas entre julho e setembro, graças à portaria para aumento da capacidade de resposta, segundo a contabilização mais recente, feita em setembro.

Na altura da celebração do acordo entre o Governo e o setor social e solidário, em julho de 2022, para a formalização da medida, o primeiro-ministro estimava que a gratuidade das creches viria a abranger 100 mil crianças até 2024.

A creche gratuita foi apresentada como sendo de aplicação faseada e a previsão no atual Orçamento do Estado é a de que 120 mil crianças beneficiem de vaga gratuita, entre as que nasceram depois do dia 01 de setembro de 2021 e as de famílias de escalões de rendimentos mais baixos.

innovatiOntrail

F3M · feel the difference / 2023



CIBERSEGURANÇA



DIGITALIZAÇÃO



DESMATERIALIZAÇÃO



INOVAÇÃO

OBRIGADO

POR PREPARAR CONNOSCO O FUTURO



INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES

E PRÓXIMAS DOS UTENTES.

www.f3m.pt



POBREZA EM PORTUGAL A AUMENTAR

Sem transferências sociais haveria 4,4 milhões de pobres

O número de pessoas em risco de pobreza aumentou para 17% em 2022, divulgou o Instituto Nacional de Estatística (INE), segundo o qual a pobreza aumentou em todos os grupos etários e afetou “mais significativamente” as mulheres.

Tendo em conta que nesse ano a população portuguesa se contabilizava em 10.444,2 pessoas, significa que 1.775.514 eram pobres.

Os dados constam do mais recente Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos (ICOR), realizado em 2023, mas relativo aos rendimentos de 2022, e revelam um aumento de 0,6 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2021, quando a taxa foi de 16,4%. Este valor representava uma redução de dois p.p. face a 2020.

“A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2022, à proporção de habitantes em rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 7.095 euros (591 euros por mês)”, explica o INE.

Segundo o organismo, o aumento da pobreza afetou todos os grupos etários, “embora de forma mais significativa os menores de 18 anos”, entre os quais a pobreza aumentou 2,2 p.p. relativamente a 2021. “A taxa de risco de pobreza dos adultos em idade ativa aumentou 0,4 p.p. e a da população idosa aumentou 0,1 p.p.”, acrescenta o INE.

Segundo o Instituto de Estatística, “o crescimento da taxa de risco de pobreza afetou mais significativamente as mulheres do que os homens”: entre as mulheres aumentou 0,9 p.p. (passando de 16,8% em 2021 para 17,7% em 2022), enquanto entre os homens o aumento não vai além dos 0,3 p.p. (com 16,2% em 2022).

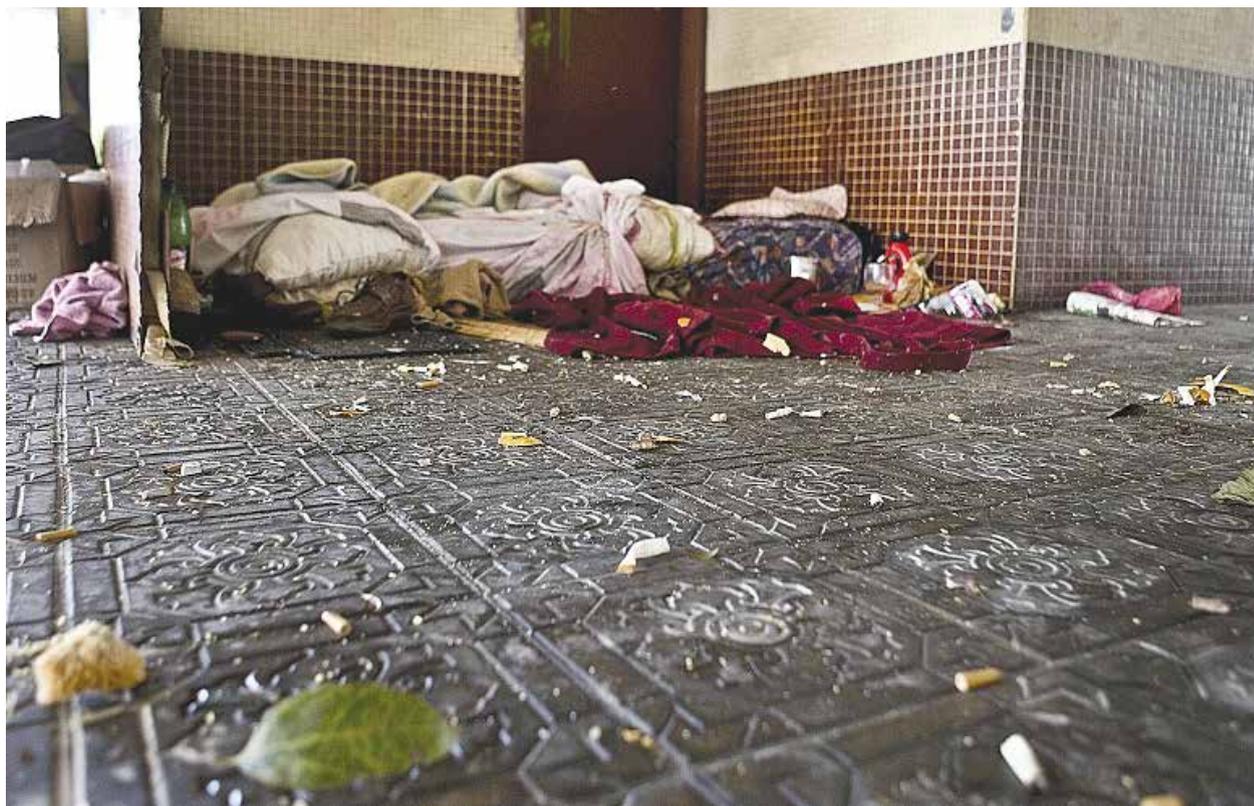
Refere, por outro lado que as transferências sociais (de doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social) tiveram um contributo menor na redução do risco de pobreza, uma vez que em 2021 reduziram a taxa de risco de pobreza em 5,1 p.p. e em 2022 foi de 4,2 p.p.

Ainda assim, sem as transferências sociais, 21,2% dos portugueses em 2022 teriam sido pobres, o que equivale a mais de 2,2 milhões de pessoas.

Segundo o INE, a taxa de risco de pobreza para a população empregada diminuiu de 10,3% em 2021 para 10% em 2022, mas aumentou entre a população desempregada, de 43,4% para 46,4%, no mesmo período.

Refere também que, em 2022, 22,7% da população que apenas tinha concluído o ensino básico era pobre, “um valor significativamente superior às proporções de 13,5% para a população que tinha terminado o ensino secundário ou pós-secundário e de 5,8% para a população que tinha concluído o ensino superior”.

Os dados do INE mostram que aumentou igualmente a desigualdade na distribuição dos rendimentos, “principalmente comparando os 10% da população com maiores recursos e os 10% da população com menores recursos, para o que se obtém um rácio de 9,7, superior ao registado no ano anterior (8,4)”.



O INE refere ainda que a taxa de risco de pobreza ou exclusão social manteve-se em 20,1%, o que significa que, em 2022, 2.104 mil pessoas viviam em risco de pobreza ou viviam em agregados com intensidade laboral “per capita” muito reduzida ou em situação de privação material e social severa.

TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS

Quase 4,4 milhões de pessoas em Portugal seriam pobres se não houvesse transferências sociais, revela o mais recente Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos do Instituto Nacional de Estatísticas, baseando-se em dados de 2022, ano em que a taxa de risco de pobreza aumentou para 17%.

De acordo com o INE, “o contributo das transferências sociais para a redução da pobreza foi de 4,2 p.p. em 2022”. “Considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, 41,8% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza em 2022”, o equivalente a 4.365.675 pessoas, refere o instituto.

Segundo o INE, os rendimentos provenientes de pensões de reforma e sobrevivência fizeram com que o risco de pobreza baixasse em 20,6 p.p., “resultando assim, numa taxa de risco de pobreza após pensões e antes de transferências sociais de 21,2%”.

“As transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social contribuíram para uma redução adicional do risco de pobreza de 4,2 p.p.”, ou seja, dos 21,2% após pensões, para 17% após transferências sociais.

No entanto, “este contributo [é] inferior ao

registado nos anos anteriores”.

Por outro lado, aumentou para 25,6% (+ 3,9 p.p.) a taxa de intensidade da pobreza, referente à insuficiência de recursos por parte da população pobre.

De acordo com o INE, a sociedade tornou-se mais desigual em 2022, já que aumentaram os três principais indicadores de desigualdade na distribuição dos rendimentos, desde logo o coeficiente de Gini, que tem em conta toda a distribuição de rendimentos e reflete as diferenças de rendimentos entre todos os grupos populacionais e que subiu para 33,7%, mais 1,7 p.p. do que em 2021.

O instituto de estatística refere também que quase 5% da população estava numa situação de privação material severa, um valor que tem vindo a diminuir nos últimos cinco anos.

O INE explica que o conceito de privação material e social para a monitorização da pobreza e exclusão social vem com a estratégia Europa 2030 e que estes indicadores se baseiam “num conjunto de treze itens relacionados com as necessidades sociais e económicas e de bens duráveis das famílias”.

Enquanto os indicadores relativos à privação material estão focados na família e nas dificuldades económico-financeiras, os indicadores de privação material e social acrescentam aspetos relacionados com o bem-estar do indivíduo, com o lazer e a interação social.

É considerado que uma pessoa vive numa situação de privação material e social severa quando não consegue ter acesso a pelo menos sete dos treze itens devido a dificuldades económicas. A informação relativa a estes itens foi recolhida de abril a julho de 2023.

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 2023-2024

Sector Social e Solidário com reforço

No último dia em funções o Governo liderado por António Costa assinou com o Sector Social e Solidário, no Porto, o Compromisso de Cooperação 2023-2024 que

reforça em 123 milhões de euros as participações financeiras do Estado para acudir ao aumento anunciado dos salários dos trabalhadores e a subida dos custos com a inflação.

Numa cerimónia presidida pelo primeiro-ministro António Costa, e que decorreu nas instalações da Segurança Social no Porto, as Entidades Representativas do Sector Social Solidário (ERSSS) rubricaram o protocolo com o Estado que prevê um reforço de 123 milhões de euros ao financiamento às instituições.

Em traços gerais, o Compromisso de Cooperação 2023-2024 consagra: uma atualização estrutural de 12% para Lar Residencial e ERPI e de 6% para as restantes valências; um apoio extraordinário de 23 milhões de euros, a serem pagos ainda em dezembro de 2023; 30% da atualização estrutural de 2024 será paga ainda em dezembro de 2023 e 70% dessa atualização estrutural será paga em duodécimos em 2024; e a comparticipação das creches será atualizada só após as conclusões do grupo de trabalho para efeitos no ano letivo seguinte.

O acordo impõe que o grupo de trabalho sobre os custos das várias valências terá de concluir as suas funções até fevereiro de 2024 e, então, fazer a proposta para o encaminhamento da comparticipação pública para os 50%, tal como prevê o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social revisitado em dezembro de 2021.

Segundo o presidente da CNIS, “então, tentar-se-á transformar pelo menos parte do apoio extraordinário em atualização regular”, ou seja, uma atualização anual fixa rumo à repartição equitativa dos custos entre o Estado e as instituições sociais.

Na cerimónia, no Porto, a ministra Ana Mendes Godinho afirmou que se trata de “um compromisso de futuro, por dar meios e previsibilidade às instituições, mas também significa que, em oito anos de Governo, há mais 760 milhões de euros de transferências do Estado do que em 2015”.

Em jeito de balanço, o primeiro-ministro congratulou-se com o trabalho desenvolvido “em parceria”, até porque “sem ser em parceria, ninguém consegue enfrentar os desafios”.

“Nestes oito anos fomos atualizando os valores da cooperação para convergir com a meta dos 50% de repartição dos custos”, defendeu António Costa, que sustentou que “a parceria com o Sector Social é para estreitar”.

Sobre o Compromisso assinado, o primeiro-ministro começou por referir que “não são só mais 123 milhões de euros”, lembrando o “trabalho em conjunto sobre os custos das diversas respostas sociais a decorrer até fevereiro e, a partir do qual, deve sair a convergência



para se alcançar os 50% de comparticipação do Estado”.

Sobre o reforço financeiro de 123 milhões de euros, “uma parte vai ser paga ainda em dezembro, para que as instituições não vivam o ano de 2024 todo em duodécimos e assim também não deixo um ónus tão grande a quem me suceder no cargo após as eleições”, sustentou António Costa.

Apontando ao futuro, apesar das circunstâncias políticas que o país vive, o primeiro-ministro

considerou que “as prioridades são a execução do PRR, onde o Sector Social tem mais de mil milhões de euros programados, e do PARES, que em conjunto, até 2026, criarão mais de 30% de lugares para idosos”.

“Este Compromisso é o melhor possível, porque é o possível. Queríamos mais, porque é sempre possível melhorar”, afirmou o padre Lino Maia, presidente da CNIS, salvaguardando que “há problemas que precisam de ser

o financeiro de 123 milhões de euros

aprofundados”.

Também Manuel de Lemos reforçou esta ideia: “Não fosse a situação em que se encontram as Misericórdias, IPSS, Mutualidades e das cooperativas, e também a enorme estima pelo senhor primeiro-ministro, e, com certeza, fariamos um protelamento, porque algumas das nossas propostas precisam de ser maturadas. Por isso, este protocolo é o primeiro momento

de abertura do ano de 2024”. As instituições do setor social e solidário empregam cerca de 300 mil pessoas.

O compromisso foi assinado pelo primeiro-ministro, António Costa, e pelos representantes da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), Lino Maia, da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), Manuel Lemos, da União das Mutualidades Portuguesas (UM),

Luís Alberto Silva e da Confederação Cooperativa Portuguesa (CONFECOOP), Joaquim Pequicho. A cerimónia, que contou ainda, entre diversos convidados, com o ministro da Saúde, Manuel Pizarro, e a secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, decorreu num ambiente de despedida e alguma emotividade.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

Sem este acordo as Instituições iam passar um mau bocado

Porque é que este acordo é muito importante para as Instituições?

Por várias razões. A primeira das quais é que, de facto, os custos têm aumentado. E se não houvesse agora um Compromisso de Cooperação, se não houvesse este acordo, só lá para junho, é que estaríamos, talvez, em condições de atualizar os acordos de cooperação, porque há eleições, o governo toma posse, etc. Entretanto, temos o aumento do salário mínimo, justo e ainda insuficiente, em janeiro, que afeta grandemente as nossas instituições e outras entidades e categorias de profissionais que são atingidas pelo aumento do salário mínimo e aumentos de custos. Com este acordo, podemos, já em janeiro, começar a encarar, não diria com muito otimismo, mas com mais serenidade o próximo ano.

Como costuma dizer, este acordo não é o ideal mas é o possível. Neste caso há mais motivos para isso?

Para caminharmos para uma compensação pública de 50%, temos que dar passos decisivos. Eu penso que este acordo ainda não tem implícito o passo nessa direção. Tem uma ideia importante: é que até ao final de fevereiro temos de ter, conjuntamente, um estudo feito sobre os custos médios das várias valências e, nessa altura, ficaremos em condições de estabelecer um *timing* para a aproximação para se chegar aos 50%. E esse *timing* pode implicar uma reatividade a janeiro de algumas atualizações.

Não tendo sido isso, o Compromisso iria para os valores médios que tinha definido?

Se houvesse este estudo, as atualizações seriam manifestamente superiores. Entretanto, aquilo que foi acordado não é, evidentemente, o desejável é o possível. Nós sabemos também que, da parte do Governo, houve interesse em fechar o processo antes da dissolução da Assembleia da República e antes da demissão do Governo. Repito, foi o possível não o desejável.

O facto de ter sido assinado com um Governo em fim de vida, no último dia, afetou de alguma maneira a capacidade de negociação por parte dos intervenientes?

As últimas 24 horas que precederam a assinatura foram muito duras, muito difíceis com sucessivos encontros e negociações. Aliás, creio eu que foi mesmo o último documento assinado pelo Governo, por volta das 16h30 do dia 7 de dezembro, e logo a seguir o primeiro-ministro partiu para a comemoração do 99º aniversário de Mário Soares com a reedição da obra “Portugal Amordaçado”. António Costa teve todo o empenho neste acordo que queria que ficasse concluído e fosse o melhor possível. Quero aqui manifestar a minha admiração por esse empenho, manifestado várias vezes, e sobretudo nas últimas 24 horas que precederam a assinatura.

Que balanço faz dos oito anos de cooperação com os governos de António Costa?

Eu direi que houve, sobretudo, lealdade de diálogo dos governos de António Costa e lealdade da parte dele, em concreto. Notei que ele acreditou e confiou.

Apostou no Sector Social Solidário e ele próprio pôs muito empenho para que esta progressividade, para a comparticipação pública de 50%, não fosse apenas uma palavra dada, fosse também honrada. As negociações são sempre difíceis, mas estou agradado com o relacionamento de respeito com o Sector Social, que também, por sua vez, o respeita. A CNIS, seja qual for o governo, lutará pela cooperação sem tomar posição política ou partidária. A cooperação é procurar o melhor desempenho público para prestar mais serviços para esta causa comum, que é o bem do país.

Daí alguma emotividade, algum sentimentalismo na despedida...

Exatamente. Foi muito emotivo, compreensivelmente emotivo. Compreensivelmente emotivo, porque, repito, é justo dizer que da parte do primeiro-ministro, houve, de facto, empenho em honrar a palavra.

Há uma crise política instalada, uma indefinição relativamente ao futuro político do país. A CNIS, e concretamente o presidente da CNIS, está preocupado com essa situação?

Sim. Vão ser uns meses de indefinição e temo que, na sequência das eleições, seja difícil formar um governo da legislatura. É muito importante a estabilidade. Vamos ver.

Eu acredito no povo. O povo é sensato e sereno e certamente saberá escolher aquilo que julgar mais importante para o país. É evidente que da parte da CNIS não há qualquer postura partidária, apenas daremos contributos para todos os partidos com assento parlamentar para que este sector seja tido em consideração na elaboração dos programas e depois também na ação social do novo governo.

V. M. PINTO



PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

O balde de água fria das estatísticas sobre a pobreza

O Instituto Nacional de Estatística divulgou em novembro informação sobre rendimento e condições de vida que deitou um balde de água fria sobre as esperanças de redução da pobreza em Portugal.

As pessoas em pobreza monetária, que são as que vivem com um rendimento inferior a 60% do rendimento mediano, ou seja, do rendimento da pessoa por relação à qual metade das pessoas residente no país são mais pobres e outra metade são mais ricas, subiram de 2021 para 2022, de 16,4% para 17% da população residente. E este aumento deve ter em conta que a linha de pobreza subiu 7,4%, um valor inferior ao da inflação, que foi em média anual de 7,8% e em média homóloga de 9,6%. Em 2022 não há apenas mais pessoas pobres, a linha de pobreza desceu em termos reais face a 2021.

O agravamento da pobreza entre crianças e jovens foi mais intenso que na população em geral, passando a taxa de pobreza entre os menores de 18 anos de 18,5% para 20,7%.

Não foi apenas a pobreza que subiu, também aumentou a desigualdade. O fosso de rendimento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres cresceu. Os mais ricos ganhavam, em 2022, 5,6 vezes mais que os mais pobres, quando no ano anterior, ganhavam 5,1 vezes mais. O agravamento das desigualdades levou a um aumento do índice de Gini, que varia entre 0, se todas as pessoas numa sociedade tiverem rendimentos iguais, e 100 se uma só pessoa tiver todo o rendimento. Este índice em 2022 atingiu 33,7, o valor mais alto dos últimos anos, que nos põe de novo ao nível da

desigualdade registada em 2015, anulando os ganhos dos últimos anos.

Em termos gerais, Portugal não está a ser capaz de diminuir a pobreza, nem de mudar o seu padrão. O país tem tido sucesso na contenção da pobreza dos idosos, por força da política de pensões, na limitação da pobreza dos empregados, por efeito do salário mínimo, mas não no combate à pobreza de desempregados nem à pobreza das crianças, ou melhor, das famílias com filhos menores. As transferências sociais são ineficazes para reduzir a pobreza, dado o desajustamento progressivo entre o Indexante de Apoios Sociais e a evolução do rendimento mediano. A proteção no desemprego tem uma cobertura reduzida e perdeu eficácia. As famílias jovens com filhos e em situação social precária não recebem apoios suficientes.

O país está também a deixar crescer a desigualdade. Sabe-se pouco sobre a razão desta evolução, mas ela não deve ser estranha à debilidade da contratação coletiva e ao desligamento entre a variação da produtividade e a variação dos salários, com a primeira a subir bastante mais do que os segundos.

Muitos estranharão a escassez de resultados dos últimos anos neste domínio e em particular os maus resultados de 2022. Mas este foi o ano em que grande parte das medidas excecionais do período da pandemia foram desativadas e insuficientemente substituídas por uma nova abordagem da pobreza.

O país tem, é certo, uma nova estratégia de combate à pobreza, aprovada a 29 de dezembro de 2021, pela Resolução do Conselho de

Ministros n.º 184/2021. Tem também um plano de ação para a execução dessa estratégia no período de 2022 a 2025. Mas esse Plano de Ação foi aprovado no Conselho de Ministros a 12 de outubro de 2023, no limite para que no Dia Internacional de Combate à pobreza, celebrado a 17 de outubro, ninguém recordasse o atraso de mais de um ano na sua aprovação.

A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza tem metas ambiciosas, como reduzir a taxa de pobreza monetária para 10% até 2030, reduzir numa década o risco de pobreza monetária das crianças e jovens para metade, convergir com a União Europeia na taxa de privação material específica de crianças, reduzir a taxa de risco de pobreza no trabalho e provocar convergência territorial na diminuição da pobreza.

São intenções nobres, que os dois primeiros anos da década não mostram nenhum indício de se estarem a realizar. O que nos deve preocupar. Só não podemos ainda é acusar a Estratégia de falta de eficácia, pelo simples facto de que em 2022, ano a que estas estatísticas se referem, praticamente nada dela estava ainda no terreno e, mais preocupante, quando saírem os resultados de 2023, daqui a um ano, também ainda neles ela não estará cabalmente refletida.

Pode ser que 2024 seja o ano da aceleração da execução da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. Mas neste balde de água fria que recebemos não a podemos julgar. Ela ainda existia praticamente só no papel em que foi impressa e nas páginas electrónicas em que a podemos ler.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

À justiça o que é da justiça...

1 - Tem constituído tópico comum das crónicas que vou escrevendo no Solidariedade, com regularidade, desde há 20 anos, a intenção de comentar o imediato e o efémero, como é apanágio das crónicas publicadas na imprensa, procurando acompanhar os acontecimentos mais relevantes dos dias que correm, ou correram, no tempo que medeia entre uma crónica e a do mês seguinte.

E, como já aqui expliquei, há muitos anos, no início dessa colaboração, o olhar com que examino os factos que me servem de tema é o olhar de um homem do Norte, com os olhos do Norte, desconfiado da corte e adversário do centralismo, convencido de que boa parte do nosso atraso provém desse atávico vício de dependência do Terreiro do Paço, que já Garrett lapidarmente reduziu ao famoso dito de que “Portugal é Lisboa, o resto é paisagem”.

E se meses há em que, à míngua de assunto, a escrita é mais esforçada, para colher do nada algum tema ou alguma sugestão, outros meses há que em não bastariam as longas resmas de um romance para que nelas coubesse toda a diversidade que preencheria de forma mais atractiva o espaço público.

Neste segundo caso, relativamente ao que sucedeu ao longo de Novembro e da 1ª semana de Dezembro de 2024, o difícil é escolher:

Teríamos, em primeiro lugar, a demissão do Governo, a pedido do próprio Primeiro-Ministro, a pretexto de contra ele correr um inquérito criminal, promovido pelo Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça, de par com os efeitos dessa demissão: a anunciada dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições legislativas antecipadas, bem como a demissão de António Costa de Secretário-Geral do PS, com eleição do sucessor à frente do Partido – a ocorrer dentro de dias.

Outro tema seria a insólita aparição de Cavaco Silva num Congresso do PSD – interrompendo uma tradição de 30 anos de ausência desse concílio partidário -, para apoiar Luís Montenegro no assalto a S. Bento (Assembleia da República e residência oficial do Primeiro-Ministro), na sequência de igualmente imprevisíveis e insólitas intervenções escritas, desvalorizando a política das “contas certas” de Centeno e Medina.

Finalmente – e para falar só de assuntos de primeiro plano -, teríamos a “novela” das gêmeas luso-brasileiras, a quem teria sido dispensado um tratamento privilegiado por parte do SNS, com sugestões de favorecimento por intervenção do Presidente da República – o que tem originado a devassa da correspondência trocada entre o filho do Presidente da República e o seu pai, o Presidente, e a de ambos com os Gabinetes do Primeiro Ministro e outros membros do Governo; e que tem igualmente sido associada ao fim do chamado “estado de graça”, que tem sido o estado geral de Marcelo Rebelo de Sousa desde que foi eleito para o primeiro mandato.

(E que tem originado, noutra plano, uma inapropriada euforia comunicacional, com exposição em alguns canais de televisão de vídeos ou fotografias das referidas gêmeas, sem qualquer filtro, violando o interdito deontológico que proíbe a divulgação da imagem e assegura a respectiva

protecção, tendo em conta o superior interesse da criança, sob o parâmetro da reserva da vida privada das mesmas menores.)

2 – Escolho o primeiro tema – o da demissão de António Costa e da dissolução da Assembleia da República -, ficando-me a pena de não vasculhar igualmente os outros.

Mas, parafraseando Luís de Camões, “para tão longa ambição, tão curta a crónica.”

E escolho esse tema porque me parece o de efeitos mais extensos, e mais intensos, no panorama político nacional.

Em resumo, trata-se, se bem o percebi, de António Costa ter sido sugado para o interior de um processo de inquérito criminal, dirigido principalmente contra outros destinatários, embora próximos de si – se bem que ele próprio, ao contrário de outros, não tenha sido constituído arguido e a proximidade não seja crime.

Segundo o Ministério Público, a crer no que tem vindo a ser publicado, a investigação a António Costa visa saber se tem fundamento referências de terceiros ao facto de tais terceiros se proporem realizar diligências junto do Primeiro Ministro, no sentido de este facilitar diligências administrativas que viabilizassem a realização de um investimento avultado em Sines.

Não há, que se saiba, nenhum indício directo que envolva o Primeiro Ministro em qualquer diligência nesse sentido.

Nem que tenha tirado qualquer vantagem pessoal dessa suposta diligência.

E muitos autores interrogam-se se, mesmo que tais diligências tivessem ocorrido, nos termos sugeridos, estaríamos perante um crime; ou se, pelo contrário, a definição do interesse público no sentido de promover o investimento em causa não caberia no âmbito do poder administrativo – que compete ao Governo definir.

(A eventual concessão de benefícios fiscais para que a Auto-Europa ficasse em Portugal constituiria crime? Pelo menos, para o caso de não ter havido contrapartidas pessoais.)

Admito, sem ironia, que corresponda à verdade a afirmação da Procuradora Geral da República de que o comunicado da Procuradoria Geral, nomeadamente o famoso parágrafo, não seria de molde a justificar o pedido de demissão do Primeiro Ministro.

Mas percebo melhor a posição do Primeiro Ministro, designadamente se estiver de boa fé – como acredito -, de considera intolerável a mínima suspeita de contaminação do exercício do cargo por uma nem-sequer-acusação que considere injusta.

O “punctus saliens” não é esse; é o de saber se uma actuação eventualmente displicente de um qualquer Procurador da República pode causar o terramoto que causou, sem monitorização prévia por parte da hierarquia do M.P.

O voto dos cidadãos pode ser arredado por uma eventual incompetência de um procurador da República – se for esse o caso?

3 – Debate-se, mesmo no Tribunal Constitucional, qual o sentido material da organização hierárquica do Ministério Público.



Há quem entenda – e é o entendimento que tem prevalecido no seu seio, a partir de interpretação do Estatuto do Ministério Público - que cada magistrado do MP constitui, como escrevia o Pessoa, “o mundo inteiro a sós”, quer dizer, é titular exclusivo da acção em cada processo penal, sem possibilidade de intervenção casuística de qualquer superior hierárquico, mesmo para a correcção de erros de investigação ou de falhas de percepção cometidos pelo titular do processo.

Pelo contrário, há os que entendem que o MP constitui efectivamente uma magistratura hierarquizada, cabendo às instâncias superiores a possibilidade de formular directivas, ou orientações, aos subordinados – podendo até avocar processos distribuídos a estes.

Tal debate nada tem que ver com a desejável autonomia do MP, ou a sua independência do poder político.

Tais princípios tanto são (ou não são) respeitados numa perspetiva, como na outra.

Ao contrário da Magistratura Judicial, em que vigora o princípio do Juiz natural, na Magistratura do MP, tal princípio não tem aplicação.

Não há um procurador dono “ab initio” do processo, como na judicatura.

Um Procurador da República não é um juiz.

Integrando embora a estrutura dos Tribunais, não integra o poder judicial.

O MP não é um órgão de soberania.

Por aqui já nos vamos aproximando do entendimento de que a organização hierárquica do MP não constitui uma entorse ao princípio da separação dos poderes, estruturante do estado de direito democrático.

A separação de poderes inibe o poder político de interferir no exercício do poder judicial.

Tal princípio tem tido tradução entre nós na fórmula de António Costa, “À política o que é da política, à justiça o que é da justiça!”

Tal fórmula está certa; mas não se aplica ao nosso caso.

4 – Um dos principais erros de António Costa foi não ter prosseguido a aproximação querida por Rui Rio, para entendimento quanto, quer à regionalização, quer à reforma da Justiça – e, nesta, como medida emblemática, pela alteração da composição do Conselho Superior do Ministério Público, no sentido de assegurar uma maioria de conselheiros externos ao Ministério Público.

António Costa desistiu de ambas as reformas, num caso, para não afrontar Marcelo Rebelo de Sousa; noutra, para não irritar a corporação do MP.

Sairam-lhe goradas ambas as contas.

O tacticismo nem sempre compensa.

INICIATIVA VISA APROFUNDAR COOPERAÇÃO COM A CCDR-NORTE

CNIS promoveu encontro sobre o 1º Aviso «Parcerias para a Inovação Social»

A CNIS promoveu uma iniciativa em colaboração com a CCDR-Norte para abordar o 1º Aviso «Parcerias para a Inovação Social», que no caso da região nortenha surge em «duplicado».

Assim, o Aviso Norte 2030-2023-2, que abrange todo o território continental, no caso do Norte «duplica-se» no Aviso Norte 2030-2023-3, sendo que as regras são exatamente as mesmas em ambos, exceção às entidades beneficiárias e aos limites de operação, ou seja, teto máximo de financiamento.

Este Aviso temático, nas suas duas «versões», destina-se a “projetos inovadores que promovam o desenvolvimento de competências em crianças e jovens, ou seja, que fomentem o seu desenvolvimento pessoal” e destina-se às instituições do Sector Social Solidário, entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, empresas privadas, empresas, associações e fundações públicas e ainda instituições de ensino superior.

A diferença entre o Aviso 2 e o Aviso 3 é que, neste último, as entidades beneficiárias os organismos federadores de entidades da

Economia Social. Isto é, CNIS, União das Misericórdias, União das Mutualidades e Confecoop. No entanto, os projetos podem (e devem) ser feitos em parceria com as respetivas associadas ou outra entidade.

Como destinatário, este 1º Aviso tem crianças e jovens de contextos desfavorecidos ou em situação de vulnerabilidade, como por exemplo, crianças e jovens vítimas de maus tratos, que integram famílias em situação de pobreza ou exclusão social, com diagnóstico de doença mental, etc..

A apresentação do Aviso esteve a cargo de Helena Loureiro, representante regional Norte da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, que alertou para o facto de o prazo de candidaturas terminar no próximo dia 21 de dezembro, às 18h00, sublinhando que “isto não serve para resolver problemas económicos das instituições”.

Os projetos validados recebem um financiamento a 100%, cabendo 80% à Portugal Inovação Social e 20% (no mínimo) aos investidores sociais.

Através do Aviso 3 as candidaturas têm de ser apresentadas pelos organismos federadores, enquanto que no Aviso 2 qualquer instituição pode ser candidata de per si. No entanto, candidaturas agregadoras são valorizadas. Os projetos a candidatar devem destinar-se a públicos de crianças e jovens vulneráveis e podem ser disruptivos (resposta que ainda não existe) ou incrementais (acrescenta novas metodologias em respostas que já existem).

Para além da apresentação do 1º Aviso «Parcerias para a Inovação Social», o encontro, que decorreu na sede da UDIPSS Porto e contou com representantes de diversas Uniões Distritais e IPSS da região norte, serviu para



aprofundar a relação entre a CNIS e suas associadas nortenhas e a CCDR-Norte, aproximando-as para que a coesão social e territorial da região seja mais efetiva, tornando mais visível e acessível para o Sector Social Solidário os diversos programas de financiamento, como no caso da Portugal Inovação Social.

E no que respeita à Inovação Social, como disse o presidente da Estrutura de Missão, “este é o berço natural da inovação social”, dirigindo-se aos muitos representantes de IPSS presentes.

“A inovação social serve para mitigar ou eliminar as desigualdades e transformar as condições de vida das pessoas”, sustentou Filipe Almeida, acrescentando: “A inovação social tem o seu lugar nas instituições sociais e são essas respostas que produzem inovação social”.

Lembrando que “as respostas existentes já não são suficientes para os desafios atuais” e que “o sector público nunca terá recursos para responder diretamente às necessidades sociais”, Filipe Almeida defendeu que “o Sector Social pode ser a solução para testar novas respostas articulando diversas entidades”.

“Queremos juntar vários sectores, como privados, academia, etc., dando voz ao Sector Social para criarem respostas na própria comunidade”, rematou o presidente da Portugal Inovação Social.

Já o padre Lino Maia sublinhou a ideia de que a inovação social nas IPSS “é continuar a fazer, fazer mais e fazer melhor”.

“Não somos inimigos nem concorrentes das autarquias, antes cooperamos e queremos colaborar. No entanto, não queremos ser agentes passivos, queremos ser intervenientes e queremos candidatar-nos aos programas não para concorrer, mas para cooperar”, afirmou o presidente da CNIS.

Já Paula Santos, da Comissão Diretiva do



Norte 2030, referiu que o Aviso Norte 2030-2023-3 surgiu porque a CCDR “reconhece o papel das instituições sociais no Norte” e tem “a preocupação em aprofundar a articulação entre as autarquias e as instituições sociais”.

Depois de lembrar que “de quatro em quatro meses são conhecidos os avisos, revistos e atualizados”, a que as instituições devem estar atentas, Paula Santos disse esperar que “as instituições agarrem estes desafios”, sublinhando que “dentro do que é típico também é possível inovar”.

E se inovar é sempre possível e vantajoso, por vezes há obstáculos difíceis de ultrapassar.

“As regras, muitas vezes, não permitem a inovação social nas instituições”, lembrou, logo na sessão de abertura, a anfitriã Maria José Miranda, presidente da UDIPSS Porto.

Ainda antes de Américo Mendes, docente e investigador da Universidade Católica, fazer uma pequena preleção sobre «As IPSS e a Coesão Territorial», Alfredo Cardoso lembrou, citando o filósofo e pensador francês Gilles Lipovetsky, que passou recentemente por Braga, que “o tempo é de solidariedade social”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

Nova ERPI tem capacidade para 32 idosos e já está em funcionamento

Já está em funcionamento a nova ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos) da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, uma obra que durou duas décadas a ser construído.

O edifício Irmãos Rangel, uma homenagem aos beneméritos que doaram o terreno, é fruto de um investimento de 1,4 milhões de euros e que a instituição promoveu apenas com fundos próprios.

Com capacidade para 32 utentes, o novo lar aloja ainda um Serviço de Apoio Domiciliário, estando a criação de um centro de dia “a aguardar autorização da Segurança Social”, referiu o provedor Lacerda Pais, cujo mandato termina neste mês de dezembro.

Recorde-se que a Santa Casa da Misericórdia de Aveiro está a comemorar 525 anos de vida em prol dos outros.



CENTRO PAROQUIAL DE BEM-ESTAR SOCIAL DE ATOUGUIA DA BALEIA, PENICHE

Aprovado o primeiro Centro de Apoio à Vida do distrito de Leiria

Perante o grande aumento de trabalhadores migrantes no concelho de Peniche, com a freguesia de Atouguia da Baleia a registar os maiores aumentos populacionais, o Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Atouguia da Baleia lançou uma nova resposta social, o CAV – Centro de Apoio à Vida.

O projeto nasceu da vontade da instituição em alargar o seu âmbito de atuação ao apoio e acompanhamento de mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, em situações de risco,

o que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, entidade parceira deste projeto, acolheu de braços abertos.

Com uma capacidade para 30 utentes, 18 dos quais comparticipados, o CAV contará com serviços de aconselhamento e acompanhamento, tendo como propósito promover o atendimento e acompanhamento de grávidas e mães jovens e adolescentes, com idade superior aos 12 anos, bem como as respetivas famílias.

Desenvolver projetos de vida integrados e

adaptados, promover o planeamento familiar, garantir acompanhamento psicológico individual sempre que solicitado pela mulher grávida e/ou família, acompanhar situações de vulnerabilidade, proporcionar acompanhamento próximo e sistemático, aliados a estratégias, promover a empregabilidade das jovens mães e a sua integração social, e capacitar competências básicas parentais são os desafios e as propostas do CAV da instituição de Atouguia da Baleia.

PRÊMIO BPI SENIORES

38 instituições bafejadas com 34 mil euros para apoiar mais de quatro mil idosos

A 11ª edição do Prémio BPI Seniores atribuiu 1.334 euros a 38 projetos que visam promover a autonomia pessoal e o bem-estar das pessoas mais velhas. Os projetos distinguidos no Prémio Seniores, iniciativa conjunta do BPI e da Fundação “la Caixa”, vão oferecer respostas sociais nas áreas de promoção da autonomia pessoal e prevenção da fragilidade, da intervenção em situações de solidão não desejada e isolamento social e digital e do apoio socio-sanitário e psicossocial às pessoas em situação de doença, fim de vida ou cuidados paliativos.

As candidaturas vencedoras receberam em média mais de 34 mil euros e vão apoiar mais de 4.000 seniores em situação de vulnerabilidade. A iniciativa recebeu 196 candidaturas.

Nesta edição 2023 do Prémio BPI Seniores foram distinguidos os projetos das seguintes 38 instituições: AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, ADI - Associação de Solidariedade Social de Duas Igrejas, APSCDFA - Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres, Associação Beira Aguiçeira de Apoio ao Deficiente Visual, Associação Causa – Unidos por uma causa, Associação Cristã da

Mocidade de Setúbal, Associação Mais Proximidade, Melhor Vida, Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer, Associação Tecnológica e Recreativa - Intensify World, ATLAS - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento, CACFF - Centro Assistencial Cultural e Formativo do Fundão, Cáritas Diocesana de Lisboa, Casa do Povo de Santo António, CASTIIS, Centro Social do Divino Espírito Santo, Centro Social Dr. Crispim Teixeira Borges de Castro, Centro Social Paroquial de Areosa, Centro Social Paroquial de Requião, Centro Social Paroquial de Torres Vedras, Centro Social Paroquial dos Pousos, Cerciespinho, Clube Gaivotas da Torre - Associação Juvenil, Cooperativa de Solidariedade Social “Os Amigos de Sempre”, DCTR – Associação Cultural, Fundação Betânia - Centro Apostólico de Acolhimento e Formação, Fundação de Edite Costa Matos, Mão Amiga, Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária, Grupo de Acção de Solidariedade Social de Antas, Matiz - Associação para a Promoção da Saúde Mental, Núcleo Desportivo e Social, Pista Mágica, Santa Casa da Misericórdia de Almada, Santa Casa da Misericórdia de Arganil, Santa

Casa da Misericórdia de Bragança, Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, Santa Casa da Misericórdia Vila Velha de Ródão, Seawoman - Associação para a Promoção da Mulher através do Desporto e Atividades Náuticas e Surf Clube de Viana.

Por outro lado, está a decorrer a 11ª edição do projeto solidário «Ajude uma criança a sorrir», uma iniciativa que pretende mobilizar trabalhadores e clientes do BPI para oferecerem presentes de Natal a milhares de crianças apoiadas por instituições sociais que lutam contra a pobreza infantil.

A participação pode ser feita através dos canais digitais e mobile – BPI Net e BPI App – ou dos Balcões do BPI em todos os distritos e nas regiões autónomas. As Árvores de Natal dos espaços comerciais do BPI vão estar decoradas com cartões que representam um presente para uma criança carenciada apoiada por uma instituição social, selecionada em cada região. Para ajudar, basta pedir um cartão no Espaço Comercial BPI, comprar o presente aí inscrito e entregá-lo, devidamente embrulhado, no mesmo local.

Seja solidário e faça uma criança feliz!



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

IDADE DE REFORMA EM 2025

Acesso à pensão de velhice aumenta para os 66 anos e sete meses

A portaria que fixa a idade da reforma em 2025 nos 66 anos e sete meses, um aumento de três meses face a 2024, foi hoje publicada em Diário da República (DR).

“A idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2024, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, na sua redação atual, é 66 anos e 7 meses”, lê-se na portaria n.º 414/2023, assinada pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e que produz efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024.

Ainda nos termos do diploma, “o fator de sustentabilidade a aplicar, nos termos do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, na sua redação atual, ao montante estatutário das pensões de velhice do regime geral de segurança social é de 0,8420”.

O fator de sustentabilidade usado no

cálculo das pensões de velhice do regime geral de Segurança Social tem em conta a evolução da esperança média de vida aos 65 anos entre o ano de 2000 e o ano anterior ao do início da pensão.

De acordo com a estimativa provisória da esperança média de vida aos 65 anos para o triénio 2021-2023, divulgada em 29 de novembro passado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), este valor foi estimado em 19,75 anos, o que corresponde a um aumento de 0,14 anos (1,68 meses) relativamente ao triénio anterior (19,61 anos em 2020-2022).

“Tendo sido apurado e publicitado pelo Instituto Nacional de Estatística o indicador da esperança média de vida aos 65 anos de idade relativo ao ano de 2023, está o Governo em condições de determinar o fator de sustentabilidade a vigorar durante o ano de 2024, bem como a idade normal de acesso à pensão de velhice a vigorar em 2025”.

Os 66 anos e sete meses fixados como idade de reforma em 2025 superam em três

meses o valor de 2024, ano em que a idade de reforma se manteve inalterada face a 2023, nos 66 anos e quatro meses.

Em 2023, tinha-se registado um recuo de três meses por comparação com a idade fixada para 2022, algo inédito desde que a idade da reforma passou a estar associada à esperança média de vida.

Tanto a redução de 2023 como a manutenção da idade para 2024 estão associadas ao recuo na esperança média de vida devido à mortalidade associada à pandemia de covid-19 e a sua incidência junto da população mais idosa.

O valor provisório da esperança de vida aos 65 anos, apurado anualmente pelo INE, é divulgado em novembro e serve de referência para efeitos de determinação da idade normal de acesso à pensão de velhice, sendo que o que agora foi conhecido não incorpora ainda as estimativas revistas de população residente decorrentes dos resultados definitivos dos Censos 2021.



**SOFTWARE IPSS
ECONOMIA SOCIAL**

**SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995**

Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

+ de 900
clientes

+ de 40
aplicações

**28 ANOS DE
PROFISSIONALISMO**

- PROCESSO CLÍNICOS UCC
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO
- UNIDADES DE SAÚDE
- PLATAFORMA INTEGRADA (WEB)
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- CONTABILIDADE ESNL
- ORDENADOS
- PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA
- QUALIDADE INFÂNCIA E JUVENTUDE
- QUALIDADE 3ª IDADE
- UTENTES CT
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- RENDAS

- Serviço completo e personalizado
- Garantia de satisfação.
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt

TELEFONE (+351) 253 408 326
Chamada para Rede Fora Nacional

TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
Chamada para a Rede Móvel Nacional

EMAIL: tsr@tsr.pt




UNICEF

De 2015 a 2021 Portugal reduziu a taxa de pobreza infantil

A taxa de pobreza infantil em Portugal foi de 19,3% na média do período 2019-2021, uma descida de 22,5% em relação à dos anos 2012-2014, indica um relatório divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O trabalho do centro de investigação da UNICEF, Innocenti, centra-se nos Estados-membros da União Europeia (UE) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), classificando os países “com base na sua taxa de pobreza mais recente e no seu sucesso na redução da pobreza infantil num período de prosperidade” e conclui que uma em cada cinco crianças nos países mais ricos do mundo vive na pobreza.

Tendo em conta a média estatística daqueles dois indicadores, Portugal aparece na 13.ª posição de uma lista de 39 países, a seguir à Bélgica e antes da Finlândia.

Os três primeiros lugares do ranking são ocupados pela Eslovénia, Polónia e Letónia, enquanto nos três últimos aparecem o Reino Unido, a Turquia e a Colômbia.

A Noruega ocupa a 20.ª posição e a Alemanha a 25.ª, os Estados Unidos a 32.ª, imediatamente antes da França (33), e a Espanha a 36.ª.

O relatório regista “um aumento acentuado da pobreza infantil (...) em 40 dos países mais ricos do mundo entre 2014 e 2021”, indicando que, apesar de “uma diminuição global da pobreza de

quase oito por cento durante o período de sete anos, ainda havia mais de 69 milhões de crianças em agregados familiares que contavam com menos de 60% do rendimento médio nacional”.

Portugal é um dos seis países (em conjunto com a Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia e Eslováquia) que reduziram as suas taxas de pobreza de valores acima da média da UE em 2015 para valores inferiores em 2021.

Por outro lado, cinco países de rendimento mais elevado - o Reino Unido (+20%) e França, Islândia, Noruega e Suíça (todos à volta de +10%) - “registaram os maiores aumentos no número de crianças que vivem em agregados familiares com dificuldades financeiras desde 2014”.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DOS BANCOS ALIMENTARES

Portugueses doam perto de 2300 toneladas de alimentos

A campanha do Banco Alimentar contra a Fome recolheu quase 2.300 toneladas de alimentos nos últimos três dias, mais 10% do que em igual período do ano passado, avançou hoje a entidade.

Num comunicado, a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome (FPBACF) revelou que recolheu mais de 2.292 toneladas de géneros alimentares nos 21 bancos espalhados pelo país, em comparação com 2.098 toneladas na campanha de 2022.

“A campanha correu muito bem. Tivemos muitos voluntários e uma grande adesão de quem foi às compras. Mais uma vez os portugueses mostraram uma grande solidariedade, seja através da doação de tempo quer seja de



alimentos”, afirmou à Lusa a presidente da FPBACF, Isabel Jonet.

Cerca de 40 mil voluntários tornaram possível a campanha que decorreu nos primeiros dias de dezembro, sob o mote “A sua ajuda pode ser o que falta à mesa de uma família”.

Isabel Jonet saudou o empenho dos voluntários, “pessoas muito diferentes que querem estar lado a lado a contribuir para uma mesma causa”.

“Há muita malta jovem, escuteiros, guias, mas também escolas e empresas que promovem ações de voluntariado, mas também pessoas que aparecerem em nome individual”, disse, acrescentando que há “pessoas de todas as idades, convicções e até diferentes clubes de futebol”.

DEFICIÊNCIA

Modelo de Apoio à Vida Independente é nova resposta social

Cerca de “3.000 pessoas” com deficiência ou incapacidade deverão beneficiar a partir de janeiro de 2024 de um novo serviço de assistência pessoal por parte da Segurança Social.

O Modelo de Apoio à Vida Independente - Assistência Pessoal (MAVI) vai “integrar a lista de respostas sociais da Segurança Social (...), mediante celebração de acordo de cooperação com os centros de apoio à vida independente”, indica um comunicado do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O programa “com um custo anual de 33 milhões de euros” visa “tornar as pessoas com deficiência menos dependentes de institucionalização, apoiando a sua integração na sociedade,

na escola e no trabalho”, refere o comunicado.

A idade mínima de acesso ao serviço é de 14 anos e o MAVI “garante que, através da colaboração um assistente pessoal, os destinatários possam realizar atividades que não conseguiriam concretizar de forma autónoma, como higiene, cuidados pessoais, alimentação, deslocações, frequência do sistema educativo ou formativo, procura ativa de emprego e integração laboral, acesso a cultura, lazer e desporto e outras formas de vida em sociedade”.

Estarão cobertos também custos com obras na habitação, rendas e transporte, segundo o comunicado.

O Assistente Pessoal terá “reconhecido o direito a contrato de trabalho desde o início do

processo, com acesso a formação em contexto de trabalho” e, no caso de pessoa com deficiência em idade escolar, o assistente pode “prestar apoio diretamente na escola”.

A portaria que estabelece as condições de criação, instalação, organização e funcionamento desta nova resposta social foi publicada hoje em Diário da República.

O programa será executado pelos “centros de apoio à vida independente (CAVI), que são as entidades beneficiárias e legalmente responsáveis pela promoção da disponibilização do serviço de assistência pessoal de apoio às pessoas com deficiência ou incapacidade”, refere a portaria, que entra em vigor na sexta-feira e “produz efeitos em 01 de janeiro de 2024”.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Como regular a inteligência artificial de uma forma inteligente

O mundo de hoje oferece-nos muitas razões para inquietação. Crise política doméstica, guerra na Ucrânia, guerra no médio oriente...

São estes acontecimentos traumáticos que vão fixando a nossa atenção por estes dias.

No entanto, a vida continua. Outros desenvolvimentos igualmente importantes, mas que agora não suscitam o interesse dos media, continuam a fazer o seu caminho e convém que não os percamos totalmente de vista, que a espuma dos dias não nos tolde totalmente a visão.

Um desses desenvolvimentos é a inteligência artificial (IA) e as suas consequências no que serão as comunidades humanas num futuro próximo.

A IA é, porventura, a mais disruptiva evolução tecnológica que vivemos até aos nossos dias. As consequências poderão ser tão abrangentes e tão profundas que é impossível imaginar até onde podem chegar, o bem e o mal que podem fazer.

Nestas alturas, como, aliás, aconteceu nas revoluções tecnológicas anteriores, existe sempre uma tendência para hipertrofiar as consequências da mudança e formular distopias mais ou menos catastróficas.

Foi sempre assim. Quem teve a oportunidade de ver a obra prima cinéfila que é o Metropolis de Fritz Lang, recorda-se da visão distópica de um mundo dominado por máquinas imaginado numa altura em que a revolução tecnológica (passe-se!) era a eletrificação e a maquinaria pesada das primeiras décadas do século XX.

Não nos podemos espantar que por estes dias surjam distopias terríveis, imaginando um mundo em que a humanidade é obliterada pelas máquinas que criou, ou um exército de robots escraviza a raça humana para seu proveito.

Como sempre o importante é não perdermos de vista o mundo real, aquilo que efetivamente sabemos, o mal que podemos antecipar e fazer o que é possível para o evitar.

O que vamos vendo nesta matéria pelo mundo parece caminhar no sentido correto em dois sentidos: por um lado, a concentração em temas reais do mundo real em vez das fantasias mais ou menos catastrofistas, por outro, o interesse político ao mais alto nível juntando, como me parece fundamental, gente do mundo da investigação e das empresas que estão na vanguarda da IA.

Na verdade, os riscos que podemos visualizar são riscos que já conhecemos, riscos que já

existem no mundo digital com que convivemos, mas que a IA aumenta exponencialmente.

Por exemplo, a IA aumenta exponencialmente o risco de fraude no mundo digital. Com IA é possível construir suportes de voz ou imagem falsos, mas que são indistinguíveis dos originais verdadeiros. É possível enviar emails que são falsos, mas que os recetores dificilmente distinguirão de um potencial verdadeiro. O potencial para a fraude é, no limite, infinito.

Um outro domínio de risco é a exploração de dados pessoais para fins de negócio que estão na base dos lucros anormais de empresas como a Google ou Meta-Facebook. A IA pode exponenciar a exploração e monetização dessa informação.

A transformação colossal da distribuição da riqueza que nos trouxe a primeira revolução digital pode ser amplificada exponencialmente com a IA.

A IA tem o potencial de destruição de emprego como nunca vimos. A diferença é que agora não são os empregos da classe média ou média-baixa que estão em perigo – são empregos de topo.

É neste tipo de riscos reais, conhecidos, que se deve concentrar o esforço regulatório e não em fantasias rebuscadas de distopias imaginárias.

Recentemente aconteceram dois eventos dignos de nota.

Um deles foi uma cimeira no Reino Unido que juntou políticos e gente do negócio tecnológico de todo o mundo, China incluída. É, com certeza, a primeira de uma série de conclave semelhantes e dela recolhemos a boa notícia que o esforço se concentrou na análise dos riscos reais do mundo digital como atualmente existe e no que é antecípavel de amplificação pela IA.

O evento no Reino Unido foi antecedido de uma conferência similar, mas restrita aos Estados Unidos. Na sequência dessa cimeira americana, para a qual foram convocados os líderes das mais importantes empresas da IA, foi publicada uma ordem executiva da administração Biden que será, porventura, o primeiro documento guia da regulação pública da IA a nível global.

Trata-se de um documento interessante em que os principais capítulos são coisas razoavelmente mundanas como a garantia de que a IA é segura e confiável, a necessidade de proteção da privacidade, a salvaguarda dos direitos civis e equidade, a necessidade de proteção dos trabalhadores bem como a promoção da inovação e competição efetiva.

Pelo meio dos capítulos vemos coisas que

podem parecer quase pueris, mas que não o são, de todo. Por exemplo, a proteção contra o uso de IA para fabricar químicos perigosos ou proteção contra a fraude através de boas práticas para detetar conteúdos gerados artificialmente de conteúdos oficiais autênticos.

Assim como a listagem dos riscos não requer nada de quintessencial, também as medidas a tomar não exigem nenhuma ciência particularmente exigente. Por favor não nos venham com a conversa estafada de que o mundo digital é demasiado complexo para que os reguladores o percebam.

Por exemplo, a prevenção da formação de novos monopólios ou reforço dos monopólios existentes (um risco real) pode ser conseguida com mecanismos que conhecemos muito bem, práticas potencialmente danosas como o uso de informação pessoal para fins comerciais, podem ser simplesmente proibidas.

Em relação ao tema da redistribuição da riqueza gerada pela IA há um aspeto particular que merece atenção. Os modelos de IA são treinados por conteúdos disponíveis na internet. Se alguém vai fazer dinheiro com os modelos pareceria justo que os autores dos conteúdos que permitem o treino dos mesmos fossem remunerados.

Recentemente um dos membros do grupo de música pop “Abba” publicou um editorial no Financial Times em que lembrava que a música dos “Abba” deve muito às composições dos Beatles das quais os elementos dos Abba eram consumidores compulsivos.

Contudo, como bem lembra o autor do editorial, os suportes que usaram para absorver a música dos Beatles, como discos ou outros suportes, eram pagos – os autores eram remunerados de uma forma ou de outra.

Há, portanto, todo um mundo de questões complexas em volta do tema da IA e da sua regulação.

Para já assinalemos os aspetos positivos, a saber, o reconhecimento da necessidade de regulação, a concentração no mundo real e não em fantasias e a tendência para ter todos a bordo, em particular, os líderes empresariais.

Naturalmente que nada está garantido. Por exemplo, uma mudança na administração republicana com a eleição de Donald Trump pode comprometer todo o esforço.

Em todo o caso, para já, parece que a coisa vai bem.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



A árvore das pessoas

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

HUMANITAS

Projeto de prevenção de bullying a pessoas com deficiência vence prémio

Um projeto de prevenção de bullying a pessoas com deficiência da APPACDM de Lisboa venceu o prémio “Criar para Inovar”, da Humanitas - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, que distingue o que de melhor se faz na área.

“O projeto vencedor é o DisAbuse – Vamos prevenir o bullying, um projeto da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) de Lisboa, que trabalhou as questões do bullying relativamente às pessoas com deficiência”, anunciou a presidente da direção da Humanitas, Helena Albuquerque.

A entrega do Prémio “Criar para Inovar”, que decorreu no início de dezembro, no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC), contou com a presença dos representantes dos projetos candidatos.

Segundo Helena Albuquerque, a iniciativa da Humanitas tem por objetivo mostrar à sociedade o que de melhor se faz nas instituições particulares de solidariedade social que apoiam a deficiência intelectual, dando a conhecer iniciativas inovadoras e mostrando os melhores trabalhos realizados nestas áreas.

“A quarta edição deste prémio de inovação contou com 11 projetos. Para além do projeto vencedor, atribuímos uma menção honrosa ao projeto Ponto de Fuga, do Centro Social Vale do Homem, que atualmente trabalha com a doença mental, mas já estão com alguns edifícios em construção para começar a trabalhar com a deficiência mental”, referiu.

A presidente da direção da Humanitas congratulou-se ainda com o facto de o prémio ter cada vez mais candidatos, depois da primeira edição ter contado com oito.

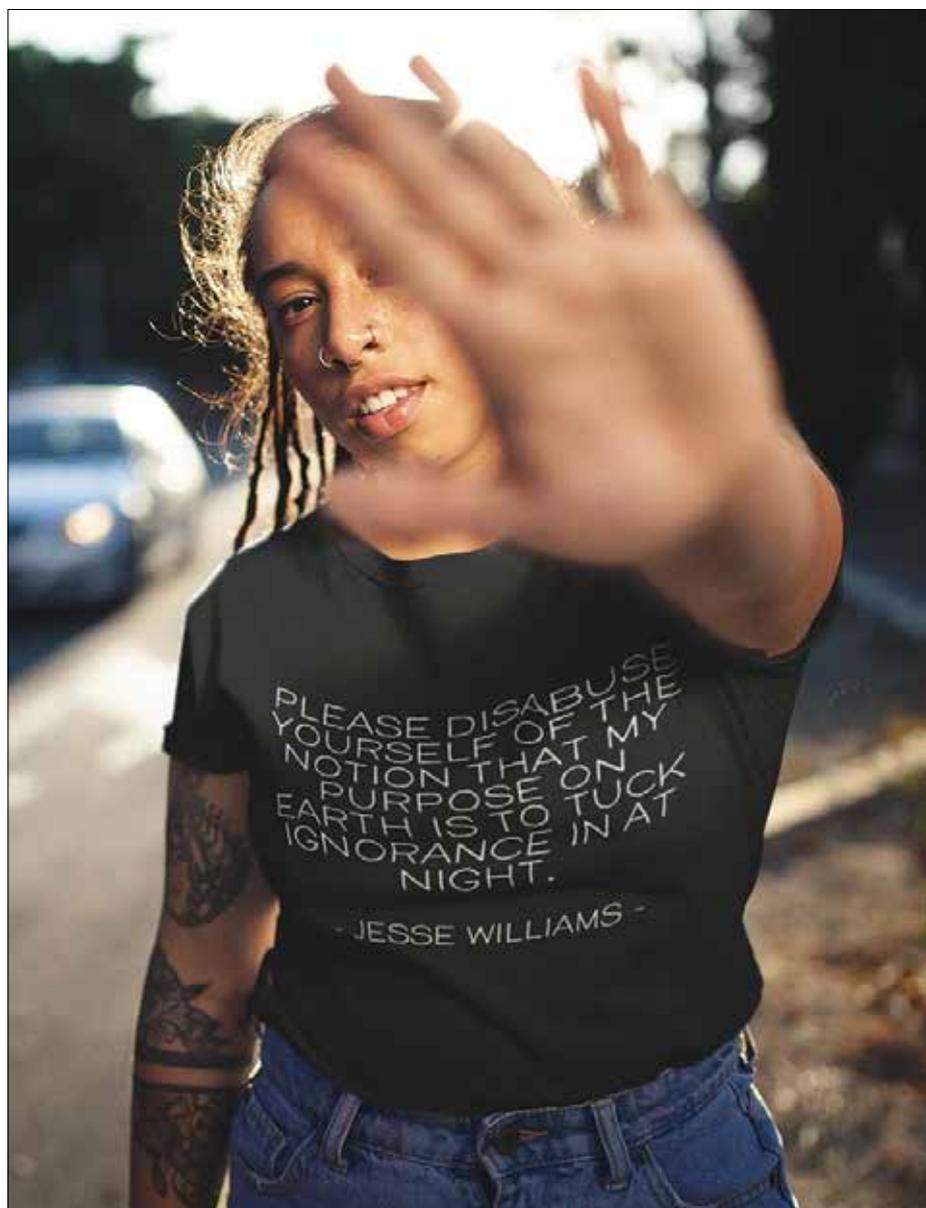
“No próximo ano, a quinta edição terá lugar no Porto e estimamos contar com mais projetos ainda”, destacou.

No final da cerimónia, a psicóloga da APPACDM de Lisboa, Sandra Leal, explicou que o projeto vencedor - DisAbuse – Vamos prevenir o bullying – foi desenvolvido numa primeira fase com utentes da instituição, para depois ser adaptado ao contexto escolar.

“Mantivemos os módulos e conteúdos, mas dividimo-los de forma a poderem ser dados na aula de Cidadania e Desenvolvimento pelo diretor de turma. Neste momento, é aplicado a alunos do 5.º ano de dois agrupamentos de escolas de Lisboa”, informou.

Nestas sessões são “desenvolvidas competências, que permitem estabelecer as diferenças entre conflito e bullying” ou ainda distinguir entre vítimas, agressores e espetadores.

“Trabalham a empatia, o respeito, estratégias específicas do que fazer em situação de bullying, sejam vítimas ou agressores. Este projeto traz competências e conhecimento que penso serem mais-valias para os alunos do 5.º ano e para todo o seu percurso de vida”, sustentou. Este projeto, que arrancou em 2019, abrange cerca de 170 alunos por ano.



Lavandarias Profissionais IPSS



milplus

Parceiro Oficial
Miele

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt